

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br



Publicidade Legal

Edição 11.161 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

SÁBADO // 24.10.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Sem venda: Celepar ainda é necessária para dados da Polícia Científica no PR

●E-mails mostram que o Estado do Paraná ainda dependia da Celepar para transferir arquivos da Polícia Científica ao Serpro

●E-mails obtidos pela **Gazeta do Paraná** revelam que o Governo do Estado ainda dependia da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), empresa que pretende privatizar, para transferir aproximadamente 10 milhões de arquivos da Po-

DADOS

●A **privatização da Celepar** enfrenta questionamentos porque a companhia armazena e administra informações utilizadas por diferentes órgãos públicos do Paraná

●A descoberta levanta questionamentos sobre as **garantias apresentadas pelo governo estadual ao Supremo Tribunal Federal (STF)**

lícia Científica. As mensagens, trocadas entre os dias 13 e 15 de outubro, mostram que, seis meses depois de contratar o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) por R\$ 24,5 milhões, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) ainda solicitava providências

urgentes à estatal paranaense para viabilizar a transferência das informações. A descoberta levanta questionamentos sobre as garantias apresentadas pelo governo estadual ao Supremo Tribunal Federal (STF) para dar continuidade à privatização da Celepar. Público ● P.3

Duplicidade em benefício pago pela Unioeste



Divulgação

●A Unioeste terá que reforçar os mecanismos de controle para impedir que servidores recebam auxílio-alimentação em duplicidade. A determinação foi expedida pelo TCE-PR, após uma denúncia encaminhada à Ouvidoria revelar pagamentos simultâneos do benefício a um funcionário que acumulava legalmente dois cargos públicos. A fiscalização identificou que um servidor recebia dois auxílios mensais de R\$ 834,74, um pela atuação como perito da Se-

cretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp-PR) e outro como professor da Unioeste. A irregularidade levou à suspensão do pagamento pela universidade e ao início da devolução dos valores recebidos indevidamente. O problema não se limitava a esse caso. Mesmo após a Unioeste informar que havia adotado providências para evitar novas ocorrências, o TCE-PR identificou outros servidores da instituição que também recebiam o benefício em duplicidade. Público ● P.2



A Serpente Tricolor venceu os dois clássicos que fez contra o Marreco no ano Luciano Neves/GP

‘VALE OURO’

Cascavel Futsal recebe o Marreco de Francisco Beltrão pelas quartas de final da Série Ouro. Esportes ● Pág.5

VASCO E TIMÃO NO JOGO DO ‘DESESPERO’

Esportes ● Pág.6

VERDÃO PODE ASSUMIR A PONTA DA TABELA HOJE

Esportes ● Pág.6

MARINGÁ ENCARA A FERRINHA NA FINAL DA ‘C’

Esportes ● Pág.6

SÃO PAULO QUER MANTER A SEQUÊNCIA POSITIVA

Esportes ● Pág.6



Divulgação

Saúde do Paraná Justiça barra novas contratações temporárias

A Justiça do Paraná determinou a suspensão imediata de novas contratações temporárias realizadas pela Sesa por meio de processo seletivo simplificado. A decisão liminar atende a uma ação civil pública do MPPR, que aponta possíveis irregularidades na contratação de profissionais para funções que já eram objeto de concurso público. Público ● P.2

Agronegócio Queda no preço: café fica mais barato no varejo

O preço do café recuou no Paraná em outubro, tanto no mercado ao produtor quanto no varejo. Segundo o Boletim Conjuntural do Deral, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), a saca de café beneficiado chegou à última semana com preço médio de R\$ 1.380,51, queda de 10% em relação aos R\$ 1.533,37 registrados em setembro. Global ● P.11



Divulgação

Prejuízos? Chuvas atrasam soja e prejudicam qualidade do trigo

As chuvas acima da média registradas no Paraná estão alterando o calendário agrícola, com atraso no plantio da soja e risco de perda de qualidade do trigo. O excesso de umidade também eleva os custos das operações e reduz a margem de planejamento para o milho safrinha de 2027. O cenário é consequência do volume elevado de precipitação registrado em setembro. Global ● P.12

Público

Flagrante do TCE-PR Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) identificou outros casos de recebimento em duplicidade mesmo após a universidade suspender um pagamento irregular

Unioeste faz pagamento duplo de auxílio-alimentação a servidores

A instituição tem 60 dias para reforçar controles e evitar novos repasses indevidos

ELIANE ALEXANDRINO COM TCE-PR
Cascavel

•A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) terá que reforçar os mecanismos de controle para impedir que servidores recebam auxílio-alimentação em duplicidade. A determinação foi expedida pelo Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), após uma denúncia encaminhada à Ouvidoria revelar pagamentos simultâneos do benefício a um funcionário que acumulava legalmente dois cargos públicos. A fiscalização identificou que um servidor recebia dois auxílios mensais de R\$ 834,74, um pela atuação como perito da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp-PR) e outro como professor da Unioeste. A irregularidade levou à suspensão do pagamento pela universidade e ao início da devolução dos valores recebidos indevidamente. O problema, porém, não se limitava a esse caso. Mesmo após a Unioeste informar que havia adotado providências para evitar novas ocorrências, o TCE-PR identificou outros servidores da instituição que também recebiam o benefício em duplicidade. A apuração constatou ainda que a declaração obrigatória para definir qual órgão pagaria o auxílio não havia sido plenamente implementada. A denúncia inicial chegou ao Tribunal por meio da Ouvidoria de Contas e foi apurada pela Segunda Inspeoria de Controle Externo (2ª ICE). Após confirmar a irregularidade envolvendo um servidor, a universidade informou que havia suspenso o pagamento e que o funcionário começara a devolver os valores. A instituição também declarou que não havia encontrado



TCE-PR flagra pagamento duplo de auxílio-alimentação a servidores da Unioeste Divulgação

outros casos semelhantes e que passara a utilizar o sistema Meta4 para cruzar informações entre órgãos estaduais.

A fiscalização também verificou que a chamada Declaração de Opção de Auxílio-Alimentação ainda não era exigida de todos os servidores nas condições necessárias para garantir o controle dos pagamentos

No entanto, ao consultar o Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP) e cruzar dados da Coordenadoria de Sistemas e In-

formações da Fiscalização (CO-SIF), a equipe técnica encontrou outros servidores da Unioeste em situação semelhante em agosto de 2025. A fiscalização também verificou que a chamada Declaração de Opção de Auxílio-Alimentação ainda não era exigida de todos os servidores nas condições necessárias para garantir o controle dos pagamentos. Outro limite apontado pelo Tribunal é que o sistema Meta4 cruza dados apenas entre órgãos estaduais. Dessa forma, vínculos com instituições municipais ou federais podem não ser identificados, abrindo espaço para que pagamentos em duplicidade continuem ocorrendo.

Benefício
O relator do processo, conselheiro Durval Amaral, destacou que a Constituição permite o

acúmulo de determinados cargos públicos, desde que respeitadas as condições legais. Essa autorização, porém, não significa que o servidor possa receber em dobro todas as vantagens associadas aos vínculos. Segundo o entendimento do Tribunal, o auxílio-alimentação tem natureza indenizatória: serve para compensar despesas relacionadas à alimentação durante a jornada de trabalho, e não para remunerar o servidor. Por isso, mesmo quando o acúmulo de cargos é legal, o benefício deve ser pago uma única vez. O pagamento duplicado, conforme a decisão, pode transformar uma verba destinada a ressarcir despesas em uma vantagem remuneratória, contrariando os princípios da razoabilidade, da economicidade e da proteção ao patrimônio público.

Prazo
O Tribunal Pleno julgou parcialmente procedente a representação e determinou que a universidade adote controles internos para garantir que os servidores com acúmulo legal de cargos apresentem a declaração de

DADOS

•A denúncia inicial chegou ao Tribunal por meio da Ouvidoria de Contas e foi apurada pela Segunda Inspeoria de Controle Externo (2ª ICE). Após confirmar a irregularidade envolvendo um servidor, a universidade informou que havia suspenso o pagamento e que o funcionário começara a devolver os valores.

opção, indicando qual órgão será responsável pelo pagamento do auxílio-alimentação. A decisão foi aprovada por unanimidade na Sessão de Plenário Virtual nº 10/2026, concluída em 25 de junho. O Acórdão nº 1557/26 foi publicado em 8 de julho e não recebeu recursos. O trânsito em julgado ocorreu em 31 de julho, quando começou a contar o prazo de 60 dias para cumprimento da determinação. O caso expõe falhas no controle de um benefício custeado com recursos públicos e mostra que as medidas adotadas inicialmente pela universidade não foram suficientes para identificar todas as ocorrências. Agora, a Unioeste deverá demonstrar que implantou mecanismos capazes de prevenir novos pagamentos em duplicidade e proteger o dinheiro público.

Saúde: Justiça barra novas contratações temporárias pela Sesa no Paraná

Estado abriu seleção temporária um dia após homologar concurso para os mesmos cargos; Ministério Público aponta possível preterição de aprovados e questiona contratos assinados durante o período eleitoral

Eliane Alexandrino com MPPR
Cascavel

•A Justiça do Paraná determinou a suspensão imediata de novas contratações temporárias realizadas pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) por meio de processo seletivo simplificado. A decisão liminar, concedida pela 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, atende a uma ação civil pública do Ministério Público do Paraná (MPPR), que aponta possíveis irregularidades na contratação de profissionais para funções que já eram objeto de concurso público. O caso levanta questionamentos sobre a conduta do governo estadual na contratação de servidores para a rede públi-

ca de saúde. Segundo o Ministério Público, o Estado homologou, em 23 de junho de 2026, o resultado final do Concurso Público 265/2025, destinado ao preenchimento de cargos efetivos de nível superior e técnico. No dia seguinte, porém, a Secretaria publicou o edital de um processo seletivo simplificado para contratar temporários para as mesmas funções e regiões. Para a 3ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba, responsável pela ação, a medida pode representar preterição arbitrária e sem justificativa dos candidatos aprovados no concurso. O órgão sustenta que as atividades previstas são permanentes e contínuas, sem caracterizar uma necessidade temporária ou uma situação de excepcional interesse público que justificasse a contratação por prazo determinado. A proximidade entre a homologação do concurso e a publicação do processo seletivo é um dos principais pontos questionados pelo MPPR. Na avaliação da Promotoria, a abertura de

uma seleção temporária para funções coincidentes com as vagas do concurso pode contrariar a regra constitucional que estabelece o concurso público como forma de ingresso em cargos efetivos. A ação civil pública foi apresentada após o recebimento de pelo menos 22 representações

O Ministério Público também questiona contratos temporários assinados em 31 de agosto de 2026, por meio do Edital 09/2026

individuais na Promotoria de Curitiba, além de outras manifestações encaminhadas em diferentes comarcas do Paraná. O Ministério Público também questiona contratos temporários assinados em 31 de agosto de 2026, por meio do Edital 09/2026. Segundo a ação, as contratações ocorreram duran-



Justiça barra contratações temporárias na Saúde do Paraná após ação do MP Divulgação

te o período de defeso eleitoral, nos 3 meses anteriores às eleições, quando a legislação eleitoral restringe a admissão de servidores públicos, ressalvadas as exceções previstas em lei. MP pede anulação dos editais e convocação dos aprovados Além da suspensão das novas contratações, o Ministério Público pede que a Justiça declare a nulidade do processo seletivo simplificado e determine a convocação e nomeação dos candidatos aprovados no con-

curso público, inclusive os integrantes do cadastro de reserva, em número correspondente às vagas ocupadas irregularmente por temporários. Na ação, a Promotoria também solicitou a suspensão dos efeitos dos editais 01/2026 e 09/2026 e a rescisão, em até 15 dias, dos contratos temporários abrangidos pelo pedido. Para eventual descumprimento das medidas, o MPPR requereu multa diária de R\$ 10 mil aos gestores responsáveis.

A liminar concedida pela Justiça determina a suspensão imediata de novas contratações vinculadas ao processo seletivo simplificado. Os demais pedidos ainda serão analisados no julgamento do mérito da ação. O processo segue em tramitação sob o número 6000293-24.2026.8.16.0004. Até a decisão definitiva, as alegações apresentadas pelo Ministério Público permanecem sob análise judicial.

Dados em migração E-mails mostram que, seis meses após contratar o Serpro por R\$ 24,5 milhões, Estado ainda dependia da Celepar para transferir arquivos da Polícia Científica; governo busca concluir operação

Celepar ainda é necessária para migrar dados da Polícia Científica



O caso envolve o sistema de Gestão de Documentos e Laudos (GDL), utilizado pela Polícia Científica do Paraná Divulgação

Outro ponto que chama atenção é a quantidade de sistemas da segurança pública envolvidos na discussão

DA REDAÇÃO
Cascavel

●E-mails obtidos pela **Gazeta do Paraná** revelam que o Governo do Estado ainda dependia da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), empresa que pretende privatizar, para transferir aproximadamente 10 milhões de arquivos da Polícia Científica. As mensagens, trocadas entre os dias 13 e 15 de outubro, mostram que, seis meses depois de contratar o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) por R\$ 24,5 milhões, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) ainda solicitava providências urgentes à estatal paranaense para viabilizar a transferência das informações.

A descoberta levanta questionamentos sobre as garantias apresentadas pelo governo estadual ao Supremo Tribunal Federal (STF) para dar continuidade à privatização da Celepar. Isso porque o Executivo informou à Corte que havia adotado medidas para proteger os dados da segurança pública, incluindo a contratação do Serpro. Entretanto, os documentos mais recentes mostram que a transferência dos arquivos de um dos sistemas considerados mais importantes ainda dependia de preparativos técnicos.

O caso envolve o sistema de Gestão de Documentos e Laudos (GDL), utilizado pela Polícia Científica do Paraná para administrar documentos e laudos relacionados às atividades do órgão, incluindo investigações criminais. O próprio governo classificou o GDL como o mais importante entre os sete sistemas selecionados para receber medidas especiais de proteção, considerando a quantidade de informações armazenadas e a sensibilidade desses dados. Veja os e-mails a seguir:

Pedido de urgência
A prova mais recente de que a transferência ainda dependia da Celepar está em uma troca de e-mails iniciada em 13 de outubro. Na ocasião, técnicos do Serpro encaminharam orientações sobre o que seria necessário fazer para transferir os arquivos do GDL para um ambiente de armazenamento em nuvem. Para isso, seria preciso preparar uma estrutura dentro da própria Celepar, permitindo que os dados fossem enviados ao novo ambiente tecnológico.

Dois dias depois, em 15 de outubro, o perito criminal Márcio Lopes Vilanova e Silva, da Divisão de Tecnologia da Polícia Científica, encaminhou a solicitação à Celepar. Ele pediu a criação da estrutura necessária para realizar a operação e informou que Evandro Luiz Lustre, chefe da área de tecnologia da Secretaria de Segurança Pública, estava ciente do procedimento.

Na mesma data, Lustre reforçou a solicitação diretamente à empresa estadual. “Solicito a criação do ambiente e a realização dos ajustes necessários para viabilizar a transferência dos arquivos do sistema GDL para o ambiente do SERPRO, conforme as instruções abaixo”, escreveu.

Em seguida, fez um alerta: “Considerando o prazo reduzido para a conclusão do projeto, solicito urgência no atendimento desta demanda”.

A mensagem demonstra que, em 15 de outubro, a transferência dos arquivos ainda exigia providências da Celepar. O documento não informa quando a operação foi concluída nem comprova que os aproximadamente 10 milhões de arquivos já tenham sido transferidos. A situação chama atenção porque o contrato com o Serpro havia sido firmado em abril, cerca de seis meses antes da troca de mensagens.

STF
A privatização da Celepar enfrenta questionamentos judiciais porque a companhia armazena e administra informações utilizadas por diferentes órgãos públicos do Paraná, incluindo

dados sensíveis da população e da segurança pública. Uma das principais preocupações é o que acontecerá com essas informações caso a empresa passe ao controle privado. A discussão envolve não apenas onde os arquivos ficarão armazenados, mas também quem terá acesso a eles, quem poderá administrá-los e como o Estado continuará garantindo sua proteção.

O caso envolve o sistema de Gestão de Documentos e Laudos (GDL), utilizado pela Polícia Científica do Paraná para administrar documentos e laudos relacionados às atividades do órgão, incluindo investigações criminais

Em manifestação apresentada ao STF, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.896, o governo informou ter concluído a contratação do Serpro para receber sistemas críticos da segurança pública em um ambiente separado daquele utilizado pela Celepar.

O Executivo também afirmou

que havia adotado medidas para separar e proteger os dados mais sensíveis. Com isso, sustentou que o principal risco apontado na discussão judicial havia sido neutralizado e defendeu a retomada do processo de privatização.

Os e-mails de outubro, porém, mostram que ainda havia trabalho a ser feito para transferir os arquivos do GDL. Isso não significa, necessariamente, que o governo tenha apresentado informações falsas ao Supremo. A contratação do Serpro pode ter sido concluída mesmo com a transferência dos dados ainda em andamento. A questão é saber se as medidas anunciadas eram suficientes para garantir a proteção das informações antes da privatização.

Sistemas envolvidos
Outro ponto que chama atenção é a quantidade de sistemas da segurança pública envolvidos na discussão. Documentos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), reunidos no processo nº 35556/26, mostram que a Celepar identificou 122 sistemas, dos quais 114 foram classificados como responsáveis pelo tratamento de dados de segurança pública.

Apesar disso, a Secretaria da Segurança Pública apresentou inicialmente uma relação de apenas oito sistemas para migração. Posteriormente, informou ao Ministério Público do

Paraná que havia concluído medidas de separação e controle de sete aplicações.

A SESP argumentou que esses sete sistemas representavam aproximadamente metade do espaço de armazenamento utilizado pela secretaria na Celepar. Ou seja, embora fossem poucos em quantidade, concentrariam uma parcela expressiva dos dados.

Há, entretanto, uma diferença importante entre separar os dados e transferi-los efetivamente para outra empresa. A separação pode ser feita dentro da própria estrutura da Celepar, com regras específicas de acesso e administração. Já a transferência exige levar os arquivos e, dependendo do projeto, os próprios sistemas para outro ambiente.

É justamente essa diferença que ganha importância diante dos e-mails de outubro. Embora o governo tenha informado a conclusão de medidas de separação, a documentação mostra que a transferência dos arquivos do GDL para o ambiente do Serpro ainda exigia providências.

Os documentos disponíveis não permitem afirmar quantos dos 114 sistemas já foram efetivamente transferidos, nem se todos precisam sair da Celepar. Essa é uma das informações que ainda precisam ser esclarecidas pelo governo.

R\$ 24,5 milhões
A contratação do Serpro também apresenta uma particularidade. O contrato, no valor de R\$ 24.556.401,67, prevê a criação de uma estrutura capaz de manter os serviços funcionando caso ocorra algum problema com o ambiente principal.

É uma espécie de plano de emergência tecnológico. Se os sistemas utilizados normalmente ficarem indisponíveis, a estrutura alternativa deverá permitir a recuperação dos serviços e a continuidade das operações. Esse tipo de serviço é importante para evitar que falhas técnicas, ataques virtuais ou outros incidentes interrompam atividades essenciais. Entretanto, não significa necessariamente que os dados deixem de existir ou de ser utilizados na estrutura original.

O próprio documento de contratação prevê a manutenção de cópias atualizadas dos arquivos e a possibilidade de retomada das operações no ambiente principal depois de uma eventual interrupção.

Por isso, a existência do contrato não basta para demonstrar que o Estado deixou de depender da Celepar. É necessário esclarecer quais sistemas continuam funcionando na empresa estadual, quais já foram transferidos e como será garantido o controle público sobre as informações após uma eventual privatização

Ministério Público
As dúvidas sobre a capacidade do Estado de administrar seus sistemas sem a Celepar não são recentes. Em procedimento que investiga a segurança e o controle dos dados públicos, o Ministério Público do Paraná apontou que o governo ainda apresentava forte dependência tecnológica da companhia.

Entre os problemas identificados estavam a falta de determinados equipamentos próprios de segurança digital, a ausência de uma equipe exclusiva de auditoria no conselho responsável pela governança dos dados e a inexistência de um plano único para transferir os sistemas estaduais caso fosse necessário encerrar os contratos com a Celepar.

Em despacho relacionado ao Inquérito Civil nº 0046.25.200187-3, o Ministério Público destacou que as informações prestadas pelo próprio Estado evidenciavam fragilidades na capacidade de controlar e administrar seus dados independentemente da estatal. O órgão também chamou atenção para o armazenamento de cópias de segurança de sistemas importantes nas dependências da Copel, companhia que passou ao controle privado em 2023.

As conclusões reforçam uma preocupação central: privatizar a empresa responsável por administrar informações públicas exige garantir que o Estado continue tendo condições de controlar, fiscalizar e recuperar seus dados, independentemente de quem seja o proprietário da estrutura tecnológica.



Gazeta do Paraná/IA



Result

CONSULTORIA EMPRESARIAL

✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade

Impulsionando negócios, gerando resultados

Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso

Auditoria de Impostos

Consultoria Tributária

Revisão de Processos

Padronização de Processos Fiscais

Restituição ou Compensação de Tributos

Contato

(45) 3252-3800 (45) 99922-5909

resultconsultores.com.br
result@resultconsultores.com.br

R. Pedro dos Santos Ramos, 760,
Jardim La Salle, Toledo-PR

RESIDENCE

LAZER E PRATICIDADE
PARA EXPLORAR
SUAS POSSIBILIDADES

PMEXCON

PISCINA COBERTA
E AQUECIDA
ESPAÇO KIDS
BEACH TENNIS
+ SUPERMERCADO
FESTVAL

ISTO É
SQUARE
LIFE CENTER

squarelifecenter.com.br

Fale com seu corretor.



Série Ouro Cascavel Futsal faz o jogo de ida das quartas de final contra o Marreco, no ginásio da Neva, hoje

O Marreco no caminho da Serpente Tricolor

A partida de volta do confronto será no próximo sábado (31), em Francisco Beltrão

LUCIANO NEVES
Cascavel

• Torcedores de Cascavel Futsal e Marreco de Francisco Beltrão irão vivenciar mais dois clássicos decisivos entre as duas equipes. Pelo segundo ano seguido, os dois rivais se encontram nas quartas de final do Campeonato Paranaense da Série Ouro. O jogo de ida desta etapa da competição será neste sábado (24), às 17 horas, no ginásio da Neva. O Marreco teve melhor campanha na fase classificatória e avançou de maneira direta para as quartas de final. Além disso, teve o privilégio de ser o mandante na partida de volta das quartas. O segundo confronto será no próximo sábado (31), no ginásio Arrudão, em Francisco Beltrão. Isso significa que o classificado irá avançar para as semifinais para enfrentar o vencedor do confronto entre Campo Mourão e Umuarama. O derrotado terá ‘férias forçadas’ com o fim da temporada.

Em 2025, os dois times se encontraram nesta mesma etapa do Estadual. No dia 22 de outubro do ano passado, o Cascavel Futsal goleou o Marreco por 6 a 1, na Neva. Mas na partida de volta, no dia 25 do mesmo mês, foi derrotado por 3 a 1, em Francisco Beltrão. O resultado levou o

duelo para a prorrogação e, consequentemente, para os pênaltis. O Marreco despachou o Cascavel Futsal e seguiu para as semifinais para, posteriormente, cair para o Pato Futsal. O Cascavel Futsal teve que passar pelas oitavas de final do Estadual e despachou o Itaipulândia com uma vitória por 3 a 2. Esse jogo ocorreu no dia 26 de setembro. Logo, o Cascavel Futsal não entra em quadra há quase um mês.

No ano passado, os dois times vivenciaram quatro clássicos seguidos. Antes dos confrontos das quartas do Estadual, os dois times se cruzaram nas oitavas da Liga Nacional. No jogo de ida, o Cascavel Futsal empatou em 2 a 2 com o Marreco, em Francisco Beltrão. E depois, a vitória por 1 a 0, na Neva, colocou a Serpente Tricolor na fase seguinte.

Na atual temporada, Cascavel Futsal e Marreco de Francisco Beltrão vivenciaram dois clássicos, um em casa competição. Pela Liga, no dia 11 de maio, o Cascavel Futsal conseguiu uma grande vitória de virada por 6 a 3 (perdia por 3 a 0), na Neva. O jogo marcou a estreia do técnico Banana. Depois, no dia 1º de agosto, novamente na Neva, ocorreu o clássico pela fase classificatória do Campeonato Paranaense da Série Ouro. Nova vitória cascavelense de virada por 3 a 2.

Retrospecto
Contra o Marreco, o Cascavel Futsal terá que contrariar um retrospecto que não é favorável em confrontos de mata-mata.

Pela Série Ouro, os dois times se cruzaram em cinco ocasiões e o Marreco levou a melhor em quatro delas. O primeiro encontro ocorreu nas semifinais do Estadual em 2014 e o Cascavel Futsal eliminou o rival. Depois, em 2017, novo encontro nas semifinais e o Marreco levou a melhor. Em fase de quartas de final foram três cruzamentos, todos com o Marreco eliminando o Cascavel Futsal. Esses confrontos ocorreram nas edições de 2018, 2019 e 2025. O desempenho do Cascavel Futsal diante do Marreco em mata-mata melhora um pouco justamente por ter levado a melhor nas oitavas da Liga Nacional no ano passado.

Zequinha
Antes de vir para o Cascavel Futsal, o técnico Banana dirigiu o Marreco de Francisco Beltrão. E no elenco tricolor tem outro atleta que já passou pelos dois clubes. O experiente Zequinha também defendeu o time de Francisco Beltrão. Porém, ele mesmo comenta que a passagem por lá não foi tão expressiva, diferente do que ocorreu com a camisa 17 do Cascavel Futsal. Zequinha chegou ao clube no início de 2020 e participou das campanhas dos dois últimos títulos da equipe no Estadual (2020 e 2021), foi decisivo na campanha do título da Liga Nacional, em 2022, e fez parte do elenco tricolor nos dois títulos da Libertadores da América (2022 e 2023). Na primeira conquista, ele estava lesionado e não entrou em quadra. Mas na segunda con-



Cascavel Futsal e Marreco jogam na Neva hoje Fotos Luciano Neves /GP



O primeiro encontro entre as duas equipes marcou a estreia de Banana

quista, na Venezuela, Zequinha até balançou as redes. O jogador está em sua sétima temporada de maneira ininterrupta no clube.

Semifinal
O Paranaense da Série Ouro define neste sábado o primeiro semifinalista. Dois Vizinhos e Manoel Ribas fazem o jogo de volta das quartas de final, às 20h10, no Ginásio Teodorico Guimaraes, em Dois Vizinhos. No jogo de ida desta fase, o Manoel Ribas venceu por 2 a 1. Com isso, tem a vantagem de jogar pelo empate para chegar pela primeira vez nas semifinais. Já o Dois Vizinhos terá que vencer para forçar uma prorrogação. Se isso ocorrer, iguala a

disputa. Se a prorrogação terminar empatada, a decisão da vaga será nos pênaltis.

O classificado deste confronto cruza com quem passar do duelo entre Pato Futsal e Chopinzinho. No jogo de ida, o Pato venceu por 2 a 0 e joga pelo empate. A partida de volta será na próxima sexta (30).

Lar

Cuidar de você é um ato de amor.

Cuide também de quem você ama!

Outubro Rosa

LAR FOODS

Campeonato Brasileiro Corinthians faz um confronto direto com o Vasco contra o rebaixamento. No Z-4, Colorado recebe o Botafogo no Beira-Rio

Desesperados entram em campo nesta rodada

BRASILEIRÃO	
32ª rodada	24/10
Mirassol x São Paulo	16h30
Internacional x Botafogo	16h30
Vitória x Athletico-PR	16h30
Vasco x Corinthians	18h30
Palmeiras x Bragantino	18h30
Chapecoense x Fluminense	19h30
Santos x Bahia	21h00
32ª rodada	26/10
Coritiba x Grêmio	19h30
Flamengo x Atlético-MG	20h00

DA REDAÇÃO
Cascavel

● Faltam sete rodadas para o fim do Campeonato Brasileiro. A luta contra o rebaixamento fica cada vez mais intensa, cada vez mais insana. O certo é que, pela configuração atual, é enorme a possibilidade de queda de dois clubes tradicionais do futebol brasileiro. O risco maior de rebaixamento é maior para Internacional e Grêmio, integrantes do Z-4. Mas esse risco também é grande para Vasco e Corinthians, que fazem um confronto direto neste sábado (24), pela 32ª rodada. A bola rola em São Januário, no Rio de Janeiro, às 18h30.

O Corinthians chega em um momento conturbado, tanto dentro quanto fora de campo. Já o Vasco, por sua vez, foi eliminado da Copa Sul-Americana no último duelo. No Maracanã, o Cruzmal-tino perdeu por 3 a 1 para o Boca Juniors e deu adeus à competição nas semifinais. Atualmente, a equipe de Pedro Emanuel ocupa o 15º lugar do Brasileirão, com 35 pontos.

O Vitória, que também corre riscos de rebaixamento, mas somou um ponto importante contra o Timão, joga em casa neste sábado e recebe o Athletico-PR, às 16h30, no Barradão.



O Timão empatou com o Vitória Agência Corinthians

Timão
O Corinthians carrega uma série de números que ajudam a explicar a crise vivida pela equipe no Campeonato Brasileiro. Além de ocupar a 16ª colocação da tabela, o Timão tem a pior campanha do segundo turno da competição. O Corinthians chega à reta final do Campeonato Brasileiro vivendo seu pior momento na temporada. Em 12 jogos disputados no segundo turno, o Timão conquistou apenas uma vitória, além de três empates e oito derrotas. Com apenas seis pontos somados, a equipe tem a pior campanha da Série A no período e vê a luta contra o rebaixamento se tornar cada vez mais preocupante.

Os números ajudam a explicar a situação do clube na tabela. Atual 16º colocado, o Corinthians é o primeiro time fora da zona de rebaixamento e possui apenas um ponto de vantagem sobre o Internacional, que abre o Z-4. A sequência negativa também aparece nos resultados recentes: o time não vence há nove partidas no Brasileirão.

NÚMERO

9

O Timão tem uma sequência de nove jogos sem vitória no Brasileirão



O Colorado busca a recuperação Ricardo Duarte

A crise passa também pelo setor ofensivo. Com apenas onze gols marcados no retorno, o Corinthians divide com Internacional e Botafogo o posto de pior ataque da competição na segunda metade do campeonato. Além disso, a equipe não consegue marcar dois gols em uma mesma partida há treze jogos consecutivos, considerando todas as competições.

Colorado
O Internacional até pode sair da zona do rebaixamento neste sábado. Para isso, precisa vencer o Botafogo às 16h30, no Beira-Rio. Além disso, necessita que o Timão não vença o Vasco na sequência. O Inter até poderia ter saído do Z-4 na rodada passada, mas foi derrotado pelo Mirassol por 2 a 0. Foi o primeiro resultado adverso de Eduardo Baptista no comando de equipe.

Finalista da Liberta, Verdão pode assumir a ponta da tabela

O Palmeiras enfrenta o Bragantino, na Arena Barueri. E se vencer pula para o primeiro lugar

Gazeta Esportiva
São Paulo

● Após garantir a vaga na final da Copa Libertadores da América, o Palmeiras volta o foco para a disputa do Campeonato Brasileiro e recebe, neste sábado (24), o Bragantino, pela 32ª rodada. A bola rola às 18h30, na Arena Barueri. O Verdão volta à sua “casa secundária” depois de cinco meses. O Palmeiras teve sua sequência de cinco jogos de invencibilidade interrompida pelo Fluminense, na última quarta-feira, no jogo de volta da semifinal da Libertadores. Apesar do revés, o Verdão levou a melhor nos pênaltis e avançou à decisão do torneio continental. Sem descanso, agora a equipe de Abel Ferreira volta o foco para o Brasileirão, campeonato pelo qual

ainda segue na briga. Com 66 pontos conquistados em 31 jogos, o Palmeiras é o vice-líder, atrás do Flamengo, que tem 67. De olho na ponta, o Verdão tenta manter sua invencibilidade no torneio nacional, que já dura oito jogos. Na última rodada, a equipe alviverde venceu o Athletico-PR por 2 a 0, na Arena da Baixada.

Do outro lado, o Bragantino chega mais descansado para o compromisso. Com apenas o Brasileirão para disputar, o Massa Bruta não teve jogo no meio de semana. No último jogo pelo torneio nacional, o time de Wagner Mancini empatou por 1 a 1 com o Remo. A equipe de Bragança Paulista é a 10ª colocada, com 41 pontos conquistados.

Na decisão da Libertadores, no dia 28 de novembro, o Palmeiras irá busca o tetracampeonato e terá pela frente o Estudantes. O time argentino passou pelo Flamengo na última quinta, nos pênaltis.

NÚMERO

66

O Palmeiras é o vice-líder com 66 pontos, um a menos que o líder Flamengo



O Verdão eliminou o Fluminense na 'Liberta' Cesar Greco

Flamengo
O técnico Leonardo Jardim assumiu a responsabilidade pela eliminação do Flamengo na semifinal da Copa Libertadores. Em entrevista coletiva, o português defendeu suas escolhas, explicou as substituições e reconheceu as dificuldades ofensivas da equipe, que não conseguiu aproveitar a superioridade numérica durante boa parte do segundo tempo. “O treinador tem que assumir, porque é esse o nosso papel, assumir as responsabilidades. Eu não fugi. Nunca na minha vida fugi às responsabilidades e não é agora que vou fazer”, afirmou.

Agora, o Rubro-Negro só tem o Brasileirão pela frente. O time é o líder com 67 pontos, um a mais que o Palmeiras. Ou seja, pode ser ultrapassado pelo principal concorrente. Nesta rodada, o Flamengo joga na segunda-feira (26) contra o Atlético-MG, em casa.

Fluminense
O tão desejado Fla-Flu na final da Libertadores não ocorreu. O Fluminense também caiu nas semifinais para o Palmeiras. Agora, a meta é busca uma vaga na ‘Liberta’ de 2027 via Brasileirão. Neste sábado, o Flu visita a lanterna Chapecoense, às 19h30, na Arena Condá.

Dogão busca o título da Série C contra a Ferroviária

Da redação
Cascavel

● O grande campeão da Série C do Campeonato Brasileiro será conhecido neste sábado (24). O Maringá busca o título da competição nacional e faz o jogo de volta da decisão contra a Ferroviária, às 17 horas, na Arena Fonte Lumino-sa, em Araraquara. No primeiro confronto entre as duas equipes, no sábado passado, no Willie Davids, os dois times empataram em 1 a 1. Com isso, que vencer será o campeão da Série C. Em caso de um novo empate, a decisão da vaga será nos pênaltis.

O técnico Ivan Campanari valorizou o desempenho e a postura dos atletas após o jogo de ida da decisão. O Dogão saiu na frente, mas sofreu o empate na reta final da partida. “Nossos atletas estão de parabéns pela entrega, pela organização e pelo desempenho que tiveram dentro de campo. Claro que fica um sentimento ruim pelo gol sofrido no final, principalmente pelo jogo que fizemos, mas temos que reconhecer também o mérito do adversário. Não é por acaso que são as duas melhores equipes da competição disputando essa final. Agora temos mais 90 minutos, está tudo em aber-



O Dogão volta a enfrentar a Ferrinha Fernando Teramatsu

to e vamos trabalhar muito forte durante a semana para chegar preparados em Araraquara, fazer outro grande jogo e buscar esse título, que representa muito para

o clube, não apenas pelo troféu, mas também pela vaga na Copa do Brasil de 2027”, analisou o treinador do Dogão.

Série B
Independente do resultado deste sábado, o Maringá terá a primeira experiência na Série B do Brasileiro. Ou seja, deve ocupar o lugar do Londrina. O Tubarão segue vivo na Série B, mas corre um enorme risco de rebaixamento. O Londrina entra em campo neste sábado pela 35ª rodada. Se não vencer o CRB, às 18h30, no Rei Pelé, estará automaticamente rebaixado para a Série C.



Rubens Chiri

BRASILEIRÃO

São Paulo enfrenta o Mirassol neste sábado

● Perto de alcançar os 45 pontos, número considerado mínimo para evitar o rebaixamento, o São Paulo visita o Mirassol neste sábado (24), pela 32ª rodada do Campeonato Brasileiro. A bola rola a partir das 16h30, no Estádio José Maria de Campos Maia, em Mirassol, no interior do estado. O São Paulo vem de uma boa sequência na temporada, com duas vitórias seguidas no Morumbi. A primeira foi por 2 a 1 contra o Vitória, enquanto a segunda veio diante do Vasco, pelo placar magro de 1 a 0. Agora, contra o Mirassol, a equipe comandada por Dorival Júnior busca o terceiro triunfo consecutivo, algo que não consegue desde fevereiro, quando o time paulista ainda era treinado por Hernán Crespo. Além disso, o São Paulo está perto de alcançar os 45 pontos, pontuação considerada “segura” para evitar o rebaixamento à Série B do Brasileirão. Atualmente, o Tricolor ocupa a nona colocação, com 42 pontos, dez a mais que o Internacional, primeiro time dentro do Z-4. Do outro lado está o Mirassol, que, nos últimos seis jogos do Brasileirão, perdeu apenas um, para o Bahia, fora de casa. Nos outros cinco confrontos, foram três vitórias e dois empates. O Tigre também tem um retrospecto positivo dentro de casa nos últimos jogos. São quatro partidas sem perder, com duas vitórias e dois empates. Ainda na luta contra o rebaixamento, o Mirassol ganhou fôlego na última rodada após vencer o Internacional por 2 a 0 e subir uma posição na tabela.



Celo Gil

BRASILEIRÃO

Peixe recebe o Bahia na Vila Belmiro hoje

● O Santos recebe o Bahia neste sábado (24), às 21 horas, na Vila Belmiro, em Santos (SP), pela 32ª rodada do Campeonato Brasileiro. O confronto coloca frente a frente duas equipes que disputam uma vaga na Copa Libertadores de 2027. O Peixe ocupa a oitava colocação, com 45 pontos, enquanto o Tricolor baiano aparece em sétimo, com 49. Uma vitória deixaria o Santos a apenas um ponto do adversário, aumentando a disputa pelas primeiras posições da tabela. O Santos chega para o confronto após vencer o Fluminense por 2 a 1, de virada, no Maracanã, pela rodada anterior. A equipe comandada por Cuca tenta aproveitar o resultado para encurtar a distância em relação aos concorrentes por uma vaga na Libertadores. O treinador, porém, enfrenta problemas para montar a defesa. Lucas Veríssimo sofreu uma lesão muscular na coxa direita diante do Fluminense e está fora da partida. Willian Arão e Gonzalo Escobar também seguem em recuperação de problemas musculares. O Bahia tenta se recuperar de uma sequência de três derrotas nos últimos quatro compromissos. A equipe comandada por Rogério Ceni ocupa a sétima posição, com 49 pontos, e busca manter a vantagem sobre o Santos na disputa por uma vaga na Libertadores.



Brayan Brandão

FUTEBOL PARANAENSE

Azuriz e Azulão jogam hoje pela Copa Paraná

● A Copa Paraná entra em sua fase decisiva neste sábado (24), com a disputa dos playoffs. Athletico-PR x Londrina e Foz do Iguaçu x Azuriz se enfrentam em partidas únicas, valendo duas vagas nas semifinais da competição estadual. Azuriz e Foz do Iguaçu abrem a rodada, no duelo entre quarto e quinto colocados da primeira fase. Já na terça-feira (27), o Athletico-PR recebe o Londrina no confronto entre terceiro e sexto colocados. Por terem feito melhor campanha, Athletico e Foz do Iguaçu terão o mando de campo nesta etapa. Os confrontos serão disputados em jogo único. Em caso de empate no tempo regulamentar, a classificação será definida nos pênaltis. O Paraná Clube e o Paranavaí já estão garantidos nas semifinais. As equipes terminaram a primeira fase nas duas primeiras posições, com 15 e 14 pontos, respectivamente, e aguardam os vencedores dos playoffs para conhecer seus adversários.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P. COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal



MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

99912-9515 99831-5310
45 3224-0062

RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter_

VISA MasterCard



MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS

www.milanleiloes.com.br
(11) 3845-5599

DIA: 28 / Outubro Quarta - 9:30h.

PRESENCIAL
E ONLINE

**GRANDE LEILÃO C/ VEÍCULOS
MÁQUINAS AGRÍCOLAS ETC.**



**RETROESCAVADEIRA
LOVOL FB878M
HR. TRAB. 652.1
2025**



**ESCAVADEIRA
JCB MOD. 3CL
PLUS 2012**



**TRATOR DE ESTEIRAS
CATERPILAR
CAT D8T - 14.454 H.
2012**



**PLANTADEIRA TATU
MOD. ULTRA FLEX
4045/8E50-2024**

**TRITREM FACCHINI SRF 2CA
CARR AB. - 6 EIXOS -2021/21**

**COLHEITADEIRA COMBINADA
YANMAR - YH880 - 2022**

**EMBARCAÇÃO FISH OPEN, 26 PÉS
MOTOR MERCURY 320 HP - 2005**

VISITAÇÃO: 27 e 28/09 - DAS 8h às 16h. ROD. RAPOSO TAVARES KM 20 SÃO PAULO-SP

**A VIDRAÇARIA
IDROLUZ**

Vidros Espelhos, Molduras
Decorações em Geral
Vidros Temperados
Box para Banheiro
Jato de Areia
Persianas Insulfil's

Vidros e Espelhos
Bisotados
Atacado e Varejo

Fone/Fax
3226-2126

R. Antônio José
Cilas, 616 - Adimação

vidracaria@vidroluz.com.br

O QUE A GENTE QUER
É INTERAGIR
+ COM
VOCÊ



A GAZETA ESTÁ DE CARA NOVA.
Seu grande jornal está mais organizado e interativo, com um visual
mais atraente e moderno. A Gazeta está com você não só no jornal,
mas também na internet, no celular, e nas novas tecnologias.
Tudo para deixar você mais perto da informação.

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

Doação de R\$300,00
com 4x chances de ganhar!

Juntos podemos salvar mais vidas!

Sorteio 12/12/2026 pela extração da Loteria Federal



Bicicleta Okm



Fusca 1300 ano 1976



Impressora 3D ST G4

TLMK Umuarama
(44) 2031-0743
(44) 99116-7662

TLMK Cascavel
(45) 2101-7022
(45) 98408-4148

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



 gazetadoparana.com.br

 Baixe o aplicativo



Aquarela do Brasil
RESIDENCIAL

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário



PARA COMEÇAR O DIA



Tânia Moreno Camargo
taniamorenocamargo@hotmail.com

Terremotos são necessários

• Somos como um conjunto de placas tectônicas, que se formam e se movimentam gradativamente ao longo da nossa jornada aqui na Terra, igualmente instáveis e sujeitos a sismos e abalos ao longo de nossas vidas. Cada tremor que nos ocorre revolve as profundezas do nosso ser e, ao assentar a poeira e retirarmos as ruínas, surgem muitas novidades, tudo se modifica ao nosso redor, percebemos que mudanças importantes se manifestaram, seja no modo como vamos interagir com os acontecimentos ou com as pessoas ligadas a nós.

Somos atingidos de uma certa forma positiva, mesmo que tenhamos tido perdas. Temos que compreender que mudanças se fazem necessárias para todo crescimento e aprimoramento. Devemos assimilar com coragem e bastante cuidado para não nos sentirmos vítimas das circunstâncias, somos na verdade privilegiados pela possibilidade de renovação que essas varreduras nos proporcionam, afinal, para reconstruir precisamos primeiro destruir o que estava deteriorado, estagnado e ocupando o espaço do novo.

Todo terremoto que enfrentamos no decorrer de nossas vidas, fortalece-nos e nos capacita para melhor sobrevivermos a outros que certamente virão. Cada um destes tem sua magnitude sísmica, e todos, sem exceção, liberam uma quantidade muito grande de energia, podendo provocar muitos estragos, cabe a nós transformarmos esta potente carga energética em força vital para o nosso bem. Abalos



Divulgação

são imprescindíveis para a perfeita acomodação da terra no subsolo, e para o nosso verdadeiro despertar, movimentando o que está inerte dentro nós.

A partir disso, novas paisagens se abrem a nossa frente, passamos a ver os acontecimentos de forma amadurecida, mais leves, preparados e coerentes. Então, o mundo se torna muito mais bonito e possível, limpamos nossa mente e coração dos entulhos de sentimentos negativos e vícios que embaçam nossa percepção e nos tornamos seres ainda mais vivos, capazes, humanos e sensivelmente felizes.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

24
Sáb

20° 25°

32.1mm

Sol com muitas nuvens a nublado com chuva de manhã. Tarde e noite com temporal.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

20° 25°

Sensação térmica

19° 27°

Chuva

32.1mm
100% de chance

Umidade do ar

85% 98%

Vento

N - 14km/h

Rajada de vento

N - 55km/h

Sol

05:53h às 18:43h

Lua

Crescente

25
Dom

15° 21°

4.4mm

Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com poucas nuvens.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

15° 21°

Sensação térmica

13° 24°

Chuva

4.4mm
89% de chance

Umidade do ar

73% 99%

Vento

SSW - 17km/h

Rajada de vento

SSW - 53km/h

Sol

05:52h às 18:44h

Lua

Crescente

CRUZADAS

Filme de David Lean ambientado na 2ª Guerra			(?) óssea, tecido onde são produzidos os leucócitos			Região petrolífera das águas costeiras entre o litoral do Amapá e do Rio Grande do Norte "Qualquer (?)", canção de Caetano	
			Lista; relação	Testemunha eventual do assalto na rua(pl.)			
Teimosia							
						Nosso, em inglês	
Doença que ataca o gado ovino				Agência Brasileira de Inteligência (sigla)		Letra oposta ao "Z", na ordem alfabética	(?) Sam, figura que personifica os EUA
A resultante das forças iguais mas opostas (Fis.)			Saudação formal na Índia e no Nepal				
Orixá da caça e da fartura	Latitude (abrev.)					Pontaria, em inglês	
			Casinha rústica da Rússia rural		Material tóxico refratário ao calor	Capturar o peixe com o anzol	
							Emissora de Rádio e TV italiana
Baralhar	Couro cabeludo arrancado do crânio	"A (?) História do Doutor Fausto", peça de Christopher Marlowe		Fécua comestível extraída de palmeiras	Sorteados na festa junina		
Guarda (?), força que patrulha as águas territoriais dos EUA							
							Tema recorrente nos filmes de Martin Scorsese e nos livros de Mario Puzo
Onda, em inglês		Sidnei França, carnavalesco da Mangueira			Pequeno carro popular da Inglaterra		
Produto da reação de um ácido com uma base (Quim.)			Retira (quantia) da conta bancária			Família de idiomas Sufixo de "califado"	
		A vida preconizada pelo naturismo					(?) de Azov: banha a Ucrânia
Transtorno de quem tem medo constante de adoecer							
Casual; eventual							

BANCO 3/alm — our, 4/r/1/ba — mini — wave, 7/modorra — nãmasê, 27

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

CASA PALMIRA

Criptão

Picote

WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Assine aqui e receba mais!

Siga a gente nas redes sociais:
coquetel editoraCoquetel

Solução

T	V	N	O	I	S	V	C	O											
V	I	R	O	N	O	C	O	D	I	H									
I	J	V	I	O	V	S													
H	W	W	V																
O	W	V	H	J	S														
J			V	H	I														
V	C	I	G	V	H	L													
N	G	V	S																
O	R	I	O	N	N														
3	O	J	I																
W	I	V	V	S	I														
3	L	S	V	W	N														
G	I		I	V	T	N													
H	N	O	V	H	O	O													
V	I	C	V	N	I	L													
W																			



EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCADEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



- INSTRUMENTOS MUSICAIS
- LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E TELÃO
- ELETRÔNICA/ CONCERTOS/ LUTHIER
- CONCERTO E ACESSÓRIOS PARA CELULARES
- BÍBLIAS E PRESENTES

BETELSOM

(45) 3228-4874 (45) 99995-9256

RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCADEL/PR

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.



www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCADEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5

Modelo: 435/436/285/278 - NOVO

Cada toner por R\$ 39,00

5 toners por
R\$ 195,00



100% Novo
Compatível

*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.



Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR

45 9 9929-2660
45 3096-8200

artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCABEL
Rua Fortunato Bebbber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virginio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná

UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

** Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná*

Editorial

A conta das promessas

● A política brasileira desenvolveu uma habilidade peculiar: transformar anúncios em realizações, projetos em obras e intenções em conquistas administrativas. O problema surge quando a propaganda termina e a realidade apresenta a conta. No Paraná, o cancelamento de 445 prioridades de investimentos municipais e a suspensão de outras 304, envolvendo aproximadamente R\$1,3 bilhão em propostas, expõem uma questão que vai além da burocracia. Trata-se da responsabilidade do poder público sobre as expectativas que ele próprio alimenta.

A Secretaria das Cidades, comandada por Fernando Giacobbo, atribui as medidas à ausência de documentação necessária para dar andamento às propostas. A justificativa pode ser administrativamente legítima. Afinal, nenhum governo deve liberar recursos sem observar exigências técnicas, legais e orçamentárias. O cumprimento das regras protege o dinheiro público e impede que decisões políticas se sobreponham à responsabilidade fiscal. Mas isso não encerra a discussão.

É necessário perguntar por que centenas de propostas chegaram a essa situação. As exigências foram suficientemente esclarecidas? Os municípios receberam orientação e prazos adequados? Houve acompanhamento para corrigir pendências? E, principalmente, por que tantas iniciativas permaneceram no planejamento estadual sem reunir as condições

necessárias para sua execução?

Essas perguntas importam porque a relação entre Estado e municípios não pode funcionar como uma fábrica de anúncios. Prefeituras organizam prioridades, mobilizam equipes técnicas e, em determinadas situações, comprometem recursos próprios para preparar projetos. Quando uma proposta é interrompida, o prejuízo não se limita à frustração política de um prefeito. Pode significar o adiamento de uma pavimentação, de um equipamento público ou de uma melhoria aguardada pela população.

Também é preciso reconhecer que propostas cadastradas não equivalem a convênios assinados, muito menos a obras contratadas. Confundir essas etapas distorce a compreensão dos investimentos públicos. Da mesma forma, não seria correto atribuir automaticamente ao governo estadual toda a responsabilidade por projetos que eventualmente deixaram de cumprir exigências municipais. A transparência exige distinguir os casos e identificar as razões de cada decisão.

O que não se pode admitir é que centenas de cancelamentos e suspensões sejam tratados como simples ajustes de sistema. A dimensão dos números exige uma prestação de contas pública, detalhada e acessível. O governo deveria informar quais municípios foram atingidos, quais propostas foram interrompidas, os valores envolvidos e as pendências que moti-

varam cada medida. Também precisa esclarecer quais iniciativas poderão ser retomadas e em que condições.

A proximidade da transição de governo torna essa obrigação ainda mais relevante. O encerramento de uma administração não pode servir para transferir indefinições ao sucessor nem para deixar prefeitos e cidadãos sem respostas. Planejamento público pressupõe continuidade institucional, independentemente de quem ocupe o Palácio Iguaçu.

Há uma diferença fundamental entre anunciar investimentos e efetivamente realizá-los. A primeira atividade produz manchetes, cerimônias e fotografias. A segunda exige projetos consistentes, recursos disponíveis, fiscalização e capacidade de execução. Governos devem ser avaliados sobretudo por esta última.

O Paraná precisa de responsabilidade fiscal, mas também de responsabilidade com as expectativas criadas pela administração pública. Cancelar propostas inviáveis pode ser necessário. O que não é aceitável é transformar a divulgação de investimentos em instrumento de promoção política sem oferecer à sociedade condições de acompanhar o que efetivamente saiu do papel.

No fim das contas, a qualidade de um governo não se mede pelo volume de recursos anunciados, mas pelo resultado concreto entregue à população. E promessa de obra, por mais vistosa que seja a cerimônia, ainda não é obra.

5x2: a conquista do trabalhador ao segundo dia de descanso

José Roberto
DANTAS OLIVA

**Advogado trabalhista, juiz titular de Vara do Trabalho aposentado, professor, radialista, jornalista, doutorando em Educação pela FCT-Unesp de Presidente Prudente e mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP*

Na oficina, a peça ganha forma quando a mão conhece o ofício e a ferramenta encontra a medida. No hospital, há quem alivie a dor; no campo, quem prepare a terra. Na escola, o trabalho vai muito além de apresentar as primeiras letras: acolhe, alimenta, ensina a conviver, desperta a curiosidade e forma o pensamento crítico para que cada pessoa leia não apenas as palavras, mas também o mundo.

Trabalhar é intervir na realidade e conquistar sustento, lugar social e consciência do próprio valor. Mas essa grandeza exige trabalho decente: remuneração justa, proteção social, segurança, respeito e limites de jornada. Sem isso, “dignidade” vira ornamento para a necessidade.

A origem da palavra parece sombria: “trabalho” deriva de tripalium, instrumento latino de

três paus associado à imobilização e à tortura. A etimologia registra sofrimento, mas não condena toda atividade humana a ser pena.

No relato bíblico, Deus trabalha na criação durante seis dias e depois descansa; não faria sentido imaginar que estivesse castigando a si mesmo. Adão também cultivava o Éden antes da desobediência que leva à sua expulsão do jardim e torna penoso obter da terra o sustento. O castigo não é o trabalho, que já existia, mas as condições de fadiga e sofrimento que passam a acompanhá-lo.

Tampouco é digno o trabalho que repete o suplício de Sísifo. Na lenda grega, o rei de Corinto foi condenado a empurrar uma enorme rocha montanha acima; perto do cume, a pedra despenhava, e tudo recomeçava, sem resultado nem fim. A imagem tornou-se símbolo do esforço esgotante e inútil. Quando a jornada ocupa quase todo o calendário e não deixa espaço para repouso, convivência ou satisfação pessoal, a pedra volta a rolar.

Escala de trabalho oferece pouco espaço para a vida

A escala 6x1 coube por muito tempo numa conta pequena demais para a vida: seis dias entregues ao emprego e apenas

um para sono, feira, roupa, consulta, família, lazer e quietude. Descansava-se correndo, já com os olhos no retorno. Foi contra essa compressão da existência que, em 16 de outubro de 2026, a proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado foi promulgada pelo Congresso como a Emenda Constitucional 141/2026.

A nova regra extingue a escala 6x1, fixa jornada de até 40 horas semanais e assegura dois dias de repouso remunerado, sem redução salarial. A escala 5x2 torna-se, assim, grande conquista do trabalhador.

Dois dias não são luxo. São o intervalo em que o corpo recompõe as forças e a mente recupera clareza. Permite estudar, conviver, cuidar de alguém, resolver a vida prática e também não fazer nada. O descanso não diminui o valor do trabalho; devolve-lhe medida.

Evolução alcançaria o equilíbrio ideal

E ainda devemos evoluir. Houve proposta de escala 4x3 — quatro dias de trabalho e três de descanso —, talvez o equilíbrio ideal. Se ainda não estamos preparados para alcançá-lo, não devemos abandonar esse horizonte. A tecnologia multiplica a produtividade e poupa esforços, mas seu avanço só se justifica quando be-

neficia o ser humano, em vez de acelerar a máquina econômica e concentrar, nas mãos de poucos, a riqueza produzida por muitos.

Se produzimos mais em menos tempo, parte desse ganho precisa converter-se em vida. A caminhada iniciada pelo 5x2 deverá nos levar até lá: a economia há de servir à pessoa, não consumir quem a movimenta.

A grandeza da Emenda Constitucional 141/2026 está em reconhecer que o trabalhador não é apenas força de produção. É pessoa inteira, com vínculos, limites e projetos que não terminam na porta do emprego. Os períodos de descanso são indispensáveis e, por isso, remunerados e incluídos na folha: horas para recuperar o corpo, acompanhar os filhos, cultivar amizades, estudar, celebrar ou simplesmente permanecer em silêncio.

A semana seguinte ainda trará lojas a abrir, fornos acesos, pacientes a cuidar e aulas a preparar. O trabalho permanecerá fonte de sustento, transformação e dignidade — desde que decente. Mas, depois de cinco dias, virá o segundo dia de descanso. Nele, ninguém precisará empurrar pedra alguma: haverá tempo para que a existência não seja apenas jornada, mas escolha, encontro e pausa.

de política social. Sua implementação, porém, exige coerência normativa e respeito aos parâmetros constitucionais que disciplinam a duração do trabalho.

Se a regra transitória da PEC 221/2019 impuser, como consequência necessária, uma jornada diária superior a oito horas, sem que estejam presentes as condições constitucionais e legais que autorizam essa distribuição, haverá fundamento para questionar sua compatibilidade com o artigo 7º, inciso XIII, da Constituição.

É justamente nesse ponto que reside o problema jurídico da proposta: a redução da carga horária semanal não pode ser interpretada isoladamente, sem considerar o limite diário e os mecanismos legalmente admitidos para organizar o tempo de trabalho. A solução deverá resultar de uma interpretação sistemática da Constituição e do texto aprovado, de modo a evitar que uma mudança destinada a ampliar o descanso dos trabalhadores produza insegurança jurídica na aplicação das próprias regras que a instituem.

Política & CIA

Transição no papel

UMA SEMANA DEPOIS do primeiro encontro entre Ratinho Junior (PSD) e Sérgio Moro (PL), a transição de governo no Paraná continua sem o decreto que deveria formalizar os trabalhos. A minuta foi entregue pela equipe do governador eleito em 15 de outubro, mas o Palácio Iguaçu ainda não definiu quando o documento será assinado. O governo afirma que não existe motivo específico para a demora. A situação chama atenção porque, em 2018, a então governadora Cida Borghetti já havia regulamentado o processo na segunda quinzena de outubro, permitindo que o próprio Ratinho organizasse sua chegada ao poder. Agora, na condição de quem entrega as chaves, o governador parece menos apressado. Enquanto isso, Moro já conversa com a Assembleia sobre o orçamento de 2027. A política anda mais depressa que a burocracia.

A tesoura de Moro

Sérgio Moro promete enxugar a máquina estadual e reduzir o número de secretarias, mas ainda mantém em segredo quais estruturas pretende eliminar. O discurso é de economia, eficiência e redução da burocracia. Na prática, a reorganização também poderá mexer na distribuição de espaços políticos entre os partidos que esperam participar da futura administração. Cada secretaria representa orçamento, cargos e capacidade de articulação. A promessa de um governo predominantemente técnico terá seu primeiro teste quando os nomes começarem a aparecer. Afinal, cortar pastas é relativamente simples no discurso; acomodar aliados depois de diminuir o número de cadeiras disponíveis é uma tarefa bem mais complicada. E, no Paraná, não faltam interessados em ocupar as cadeiras que sobram.

Emendas na mira

A discussão sobre as emendas impositivas voltou a movimentar a Assembleia Legislativa justamente quando o Paraná se prepara para trocar de governador. A proposta, já protocolada, pretende obrigar o Executivo a executar recursos indicados pela dependência das liberações negociadas com o Palácio Iguaçu. Ratinho Junior sempre resistiu à ideia, argumentando que ela comprometeria a capacidade de investimento do Estado. Para os parlamentares, porém, a medida representa maior autonomia sobre o orçamento. O detalhe político é o momento escolhido: com Moro prestes a assumir, deputados de diferentes partidos querem garantir recursos independentemente da disposição do futuro governo. A discussão é legítima, mas exige mecanismos rigorosos de transparência. Afinal, distribuir dinheiro público por indicação política não dispensa critérios, fiscalização nem prestação de contas.

Campanha no CRM

A participação de Sérgio Moro em um evento do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) abriu uma discussão sobre os limites entre representação institucional e propaganda eleitoral. Segundo reportagem do Plural, o governador eleito aproveitou a ocasião para pedir votos a Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência. A legislação eleitoral impõe restrições ao uso de estruturas públicas para favorecer candidaturas, e os conselhos profissionais são autarquias federais. A questão, portanto, não é a preferência política de Moro, que tem todo o direito de manifestar apoio, mas o ambiente escolhido para fazê-lo. Cabe esclarecer as circunstâncias da manifestação e eventual utilização da estrutura institucional. Quem passou boa parte da carreira pública defendendo o rigor no cumprimento das regras deveria ser especialmente cuidadoso com elas.

Freio nos ônibus

A licitação do transporte coletivo de Curitiba continua suspen-

sa por determinação do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), apesar da defesa apresentada pela Urbanização de Curitiba (Urbs). O órgão de fiscalização identificou possíveis sobreposições de serviços e duplicidade de custos entre as concessões municipal e metropolitana. A Urbs contesta as conclusões e sustenta que os sistemas são complementares. Um pedido de vista adiou a análise definitiva para 28 de outubro, enquanto a prefeitura mantém, por enquanto, a previsão de realizar o leilão em 26 de novembro. Para Eduardo Pimentel (PSD), o impasse representa mais que um problema administrativo. A nova concessão é uma das decisões mais importantes de sua gestão, com efeitos sobre tarifas, linhas e qualidade do serviço. Melhor esclarecer os custos antes de assinar contratos que comprometerão o transporte da capital por anos.

Cartórios e transparência

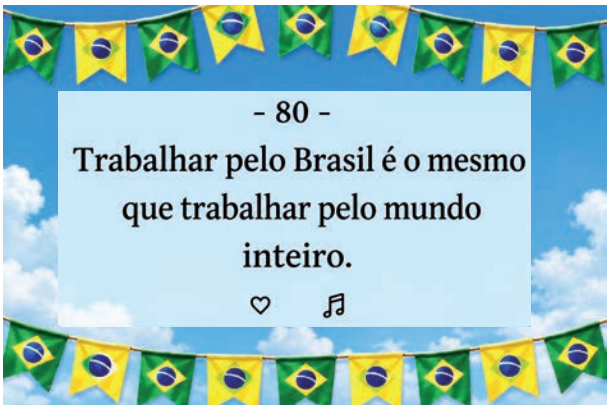
O advogado paranaense Cássio Telles, representante da OAB-PR no Conselho Federal da entidade, apresentou propostas para reformular o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre as sugestões estão ampliar de 15 para 21 o número de conselheiros, reorganizar o funcionamento do órgão e reforçar a transparência na administração dos fundos judiciais abastecidos por custas e taxas. Telles também defende uma revisão das competências relacionadas aos cartórios extrajudiciais. A discussão chega em momento oportuno para o Paraná, onde a Assembleia Legislativa debate mudanças nas regras de cobrança dos serviços cartorários. A proposta de reforma do CNJ ainda será analisada pela comissão de juristas em novembro. Independentemente do resultado, uma questão merece atenção: quem paga pelos serviços da Justiça tem o direito de saber quanto se arrecada, para onde vai o dinheiro e quais critérios orientam sua utilização.

Farda sob suspeita

A Operação San Marino, deflagrada nesta sexta-feira (23) pelo Gaeco e pela Corregedoria da Polícia Militar, colocou sob investigação um integrante do 25º Batalhão da PM, em Umuarama. O policial é suspeito de receber informações privilegiadas de um integrante de organização criminosa para apreender uma carga de cigarros contrabandeados e, posteriormente, desviar parte da mercadoria. A apuração envolve suspeitas de corrupção passiva, prevaricação, organização criminosa e facilitação de contrabando ou descaminho. Por determinação judicial, o investigado foi afastado das funções, e equipamentos e documentos foram apreendidos. As suspeitas ainda dependem de apuração e não representam condenação. O episódio, porém, evidencia a importância do controle interno das corporações policiais. O combate ao crime organizado também exige identificar possíveis agentes públicos que atuem em benefício dessas organizações.

Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



AS BONITAS- Poliana Grossi e a amiga querida Andressa Martucci Arquivo pessoal



TBT- LEO RISSO tietando Michel Telô em show dele por aqui. Foto: arquivo pessoal

•Bom dia!

Coragem para mudar o tapete do lugar, o caminho de sempre até a padaria, o cardápio dos domingos, a fala que está no automático, como se fosse nosso melhor discurso, não é... Coragem para desapegar das manias já surradas, dos velhos hábitos que nos prendem e desgastam. Enquanto existem outras tantas possibilidades fresquinhas esperando por um tantinho de atitude. Coragem para assumir as rédeas, fazer de um jeito novo e deixar de reclamar. Coragem para deixar nossos dias com aquela cara gostosa de recomeço. Porque os dias podem ser os mesmos. Nós não, nós vibramos, somos energia, movimento, escolha. Podemos mudar.



EDITE MARIA DRESCH arquivo pessoal

•Você não pode dormir sem saber

- 1) Top brasileira, Alessandra Ambrosio faz top less durante sessão de fotos em mansão no Caribe
- 2) Fafá de Belém perdeu 25 quilos após procurar ajuda médica: ‘revolução da minha vida’.
- 3) Aos 62 anos, Claudia Ohana entra em trend e posa sem maquiagem: ‘nua e crua’.
- 4) Mariana Weickert sobre o diagnóstico de câncer de pele: ‘eu só entendi a dimensão depois que postei o vídeo’.
- 5) Na praia, Flávia Saraiva ostenta visual bronzeado e faz chover elogios: orgulho do Brasil’.

•Pausa

O amor não nasce no espelho. Nasce na convivência. No final, o que importa não é o reflexo na vitrine, mas a sensação de segurança e acolhimento que só um vínculo real consegue oferecer.

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Apuração das eleições em Cascavel – 1978

EM UM TEMPO onde ainda não existiam urnas eletrônicas, era assim que os votos eram apurados: cédula por cédula. O registro é das cédulas recém-chegadas ao Ginásio de Esportes para a contabilização nas eleições estaduais de 1978. A fotografia é do acervo de Xico Tebaldi.

Os sacos com os votos de cada cascavelense eram enviados ao local pela Justiça Eleitoral e ali eram contabilizados, um a um, por alguns dias. Naquele ano, Ney Braga (Arena) saiu vitorioso para o comando do Governo do Paraná, enquanto José Richa (MDB) e Afonso Camargo (Arena) foram eleitos senadores. Por Cascavel, Fidelclino Tolentino (MDB) e David Cherigate (Arena) foram eleitos deputados estaduais.



Acervo Xico Tebaldi / TRE-PR / Acervo Cascavel Histórica

Inauguração Estátua do Barão do Rio Branco – 1914

Nesta fotografia de 1914, observa-se a transformação pela qual o centro político-administrativo da capital passava nas primeiras décadas do século XX. A imagem da praça Generoso Marques registra o dia da inauguração da estátua do Barão do Rio Branco, posicionada ao centro da composição.

Também chama a atenção a expressiva presença de público no antigo Largo do Mercado, evidenciando o caráter cívico do evento.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi diplomata, cônsul, advogado, historiador e político nascido no Rio de Janeiro. Filho do Visconde do Rio Branco, recebeu o título de barão em 1888, em um momento de acirramento entre as estruturas monárquicas e republicanas.

Sua atuação junto ao governo brasileiro destacou-se pela consolidação das fronteiras terrestres nas regiões do Amapá, Paraná, Santa Catarina e Acre.

Faleceu em 1912, em decorrência de complicações renais, e foi amplamente homenageado em todo o país por sua trajetória política e diplomática, tornando-se reconhecido como o patrono da diplomacia brasileira.



Acervo Curitiba Histórica / Curitiba de Outros Tempos / Tom Dias

Um corte vertical da memória de Londrina

UEm 1936, quando um trecho da rua Jatahy — hoje Pio XII — se projetava tímido entre a mata ainda úmida, Londrina era uma promessa recém-esboçada sobre a terra vermelha do Norte do Paraná. A fotografia feita por José Juliani, uma das primeiras a registrar essa via da cidade nascente, é um mergulho no tempo: um tempo de madeira, terra batida e esperança.

O cenário é de um silêncio construído. Ao centro da imagem, uma via de terra se estende em linha reta, como se conduzisse o olhar diretamente ao ponto mais simbólico do nascente município: a Igreja Matriz, construída em madeira, que antecede a atual Catedral Metropolitana. Ao longo da rua, casas simples, alinhadas quase à força ao relevo natural do terreno, parecem esboços de civilização diante da floresta que ainda domina o entorno. À esquerda, uma cerca rústica de palanques demarca um terreno.

O nome original da rua homenageava a cidade de Jatahy (hoje Jataizinho), com quem Londrina mantinha uma ligação direta por picada e tropeiros. Era por essa estrada de chão cru que se davam as primeiras trocas comerciais e se arrastava o progresso, puxado a boi e braço. A estrada ainda era mais promessa do que caminho, e o comércio, mais intenção do que estrutura.

A imagem, em preto e branco, reforça a dramaticidade do contraste entre a floresta e o traçado urbano: o avanço da cidade se impõe, mas não sem resistência. Galhos cortados, troncos caídos e tocos expostos ao lado direito da via lembram cada metro conquistado pela expansão urbana.



Acervo José Juliani – Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss / Acervo Londrina Histórica

Global

AGRO

Preço em queda Saca de café beneficiado recuou 10% em outubro no Paraná, enquanto pacote de 500 gramas ficou 19% mais barato que no mesmo mês de 2025; Deral aponta cenário favorável e favorece o consumidor

Café cai 10% no produtor e fica mais barato no varejo

Preço do café recuou no Paraná em outubro, com queda de 10% na saca beneficiada e redução de 19% no pacote de 500 gramas em um ano

Cascavel
GABRIEL PORTA

O PREÇO do café recuou no Paraná em outubro, tanto no mercado ao produtor quanto no varejo. Segundo o Boletim Conjuntural do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), a saca de café beneficiado chegou à última semana com preço médio de R\$ 1.380,51, queda de 10% em relação aos R\$ 1.533,37 registrados em setembro.

O valor voltou a níveis semelhantes aos observados em junho e julho, período de maior produção da safra. Para o Deral, apesar da redução, a cotação continua positiva para os produtores diante do volume elevado da produção brasileira.

A queda também chegou ao consumidor. O pacote de 500 gramas teve preço médio de R\$ 23,90 no Paraná, valor pouco abaixo do registrado em setembro e 19% menor que os R\$ 29,42 de outubro de 2025.

Segundo Hugo Wickler Godinho, coordenador da Divisão de Conjuntura do Deral, a redução dos preços permite que a indústria forme estoques a um custo menor e ofereça o produto por valores mais acessíveis.

Perspectiva para a próxima safra
O cenário também é acompa-



Café mais barato na prateleira e soja em alta nas exportações, mostra boletim do Deral Albari Rosa/Arquivo AEN

DADOS

R\$ 1.380,51

Preço médio da saca de café beneficiado na última semana analisada.

10% Queda da cotação em relação a setembro.

R\$ 23,90

Preço médio do pacote de 500 gramas no varejo paranaense.

19% Redução do preço do pacote em relação a outubro de 2025.

1% Participação aproximada do Paraná na produção nacional de café.

ja paranaense, enquanto o Irã respondeu por pouco mais de 8%. Ao todo, os produtos foram destinados a 24 países.

O avanço das exportações ocorre enquanto o plantio da safra de verão perde ritmo. Até o período analisado pelo Deral, 47% da área prevista para a soja havia sido plantada, abaixo da média superior a 55% registrada nas três últimas safras. O excesso de chuvas na semana anterior reduziu o avanço dos trabalhos.

Hortaliças mantêm força no Sudoeste
O boletim também destaca a participação do Sudoeste do Paraná na produção de hortaliças. Em 2025, a região respondeu por 5,3% da área estadual, 6,2% da produção e 4,1% do Valor Bruto da Produção (VBP) da olericultura.

Foram colhidas 189,8 mil toneladas em 6,1 mil hectares, com VBP de R\$ 309,6 milhões.

Na fruticultura, o Sudoeste representou 4,5% da área, 3,4%

da produção e 3,8% do VBP estadual. A atividade movimentou R\$ 163,2 milhões em 2,5 mil hectares, com produção de 50,2 mil toneladas.

Enquanto a olericultura recupera os indicadores após uma leve queda, a área destinada aos pomares continua diminuindo.

Boi tem oferta restrita
Na pecuária, a oferta limitada de animais prontos para o abate tem sustentado as cotações do boi gordo. Segundo o Cepea, a diferença entre os preços do animal e da carcaça no atacado diminuiu em outubro em São Paulo.

Nas exportações, o Brasil embarcou 61,3 mil toneladas de carne bovina in natura nos sete primeiros dias úteis de outubro. A média diária ficou quase 40% abaixo da registrada no mesmo mês de 2025.

Entre janeiro e setembro, os embarques brasileiros somaram 2,37 milhões de toneladas, queda de 1,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

Avicultor sente a pressão
No mercado de aves, o preço médio do frango vivo pago ao produtor paranaense ficou em R\$ 4,75 por quilo em setembro. O valor representa alta de 0,4% sobre agosto, mas queda de 4,4% em relação a setembro de 2025.

Ao mesmo tempo, o milho no atacado chegou a R\$ 66,43 por saca de 60 quilos, alta de 2,9% no mês. O farelo de soja atingiu R\$ 2.171,40 por tonelada, aumento de 10% sobre agosto. A combinação pressiona a relação de troca do avicultor.

Nas exportações de carne de peru, o Brasil embarcou 45.816 toneladas entre janeiro e agosto, com receita de US\$ 188,705 milhões. Os resultados representaram altas de 28,4% em volume e 82,6% em faturamento.

O Paraná ficou na terceira posição entre os exportadores brasileiros, com 9.314 toneladas e faturamento de US\$ 44,341 milhões. O volume cresceu 2% e a receita aumentou 53,3%.

Doença de Newcastle atinge criação de perus no Oeste de SC

Foco da doença de Newcastle foi confirmado em Nova Itaberaba, no Oeste de SC. Propriedade foi interditada e movimentação das aves suspensa

Da Redação
Cascavel

•O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) confirmou um foco da doença de Newcastle em uma criação comercial de perus para corte em Nova Itaberaba, no Oeste de Santa Catarina. A ocorrência foi confirmada no domingo (18) após uma investigação conduzida pelo Serviço Veterinário Oficial do estado.

A propriedade foi interditada e a movimentação das aves,

suspensa. Segundo o Mapa, as equipes veterinárias vão aplicar medidas de controle, contenção e erradicação previstas no Plano de Contingência para Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

A confirmação ocorreu após amostras serem analisadas pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo (LFDA-SP). A unidade é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como laboratório de referência internacional para o diagnóstico da doença.

A doença de Newcastle pode atingir aves domésticas e silvestres. Ela é provocada por um vírus virulento do paramixovírus aviário do sorotipo 1 (APMV-1).

Consumo de produtos segue seguro
Apesar da necessidade de adoção das medidas sanitárias, o Ministério da Agricultura afirmou que não há restrição ao consumo de produtos avícolas que tenham passado por inspeção oficial. “O Mapa ressalta que, apesar da necessidade de adoção de medidas sanitárias para controlar a ocorrência, o consumo de produtos avícolas submetidos à inspeção oficial permanece seguro, sem contraindicações”, informou a pasta.

O governo também comunicou a ocorrência à OMSA e aos parceiros comerciais do Brasil, seguindo os compromissos internacionais de transparência sanitária.



Doença de Newcastle atinge criação de perus no Oeste de SC CNA / Wenderson Araujo

Governo ainda não confirma
A confirmação do foco também colocou o setor de exportações sob atenção. O secretário-substituto de Comércio e Relações

Internacionais do Ministério da Agricultura, Rafael Requião, afirmou que, até o momento, não recebeu informação sobre uma eventual suspensão das exportações brasileiras por causa

da ocorrência em Santa Catarina.

“Ainda não temos nada objetivo a informar [sobre suspensão de exportações]”, afirmou Rafael Requião.

AGRO

Chuva no campo Excesso de precipitação atrasa a semeadura da soja, prejudica a qualidade do trigo e eleva os custos; 39% da área prevista já foi plantada no Paraná, segundo levantamento divulgado pelo Deral

Chuvas no PR atrasam soja e prejudicam qualidade do trigo



Com 39% da área plantada, soja avança sob impacto das chuvas no Paraná; excesso de umidade também preocupa produtores de trigo Divulgação

Chuvas acima da média atrasam o plantio da soja, prejudicam a colheita do trigo e preocupam produtores com o milho safrinha de 2027

Cascavel
ELIANE ALEXANDRINO

AS CHUVAS acima da média registradas no Paraná estão alterando o calendário agrícola, com atraso no plantio da soja e risco de perda de qualidade do trigo que ainda permanece no campo. O excesso de umidade também eleva os custos das operações e reduz a margem de planejamento para o milho safrinha de 2027.

O cenário é consequência, em parte, do volume elevado de precipitação registrado em setembro. Segundo dados do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), 14 estações meteorológicas registraram o maior acumulado de chuva para o mês desde o início das respectivas séries históricas, há mais de 25 anos.

Com o solo encharcado, a entrada de máquinas nas propriedades fica limitada, o que pode

CHUVAS ACIMA DA MÉDIA

Os impactos na safra

- 39% da área** prevista para a soja estava plantada até a primeira quinzena de outubro.
- 5,7 milhões de hectares** correspondem à área já semeada, segundo o Deral.
- 14 estações do Simepar** registraram em setembro o maior acumulado de chuva para o mês desde o início das séries históricas.
- Milho 2027** - O atraso da soja pode reduzir a janela disponível para o plantio do milho safrinha.

interromper tanto a semeadura quanto a colheita. No caso da soja, o atraso interfere no planejamento da safra. No trigo, a permanência das plantas no campo sob condições de alta umidade aumenta o risco de perda de qualidade e de redução do valor comercial.

Segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), 39% da área prevista para a soja havia sido semeada até o fim da primeira quinzena de outubro. O percentual corresponde a

aproximadamente 5,7 milhões de hectares.

Trigo sob pressão

As chuvas frequentes também dificultam a conclusão da colheita do trigo. A exposição prolongada das plantas à umidade pode comprometer a qualidade dos grãos, afetando sua classificação e, consequentemente, o preço recebido pelo produtor.

Além da possível desvalorização, as condições de campo podem elevar os custos das operações de colheita. O impacto financeiro varia conforme a situação de cada lavoura, o volume

de chuva recebido e a qualidade final do produto.

Janela menor para o milho

O atraso no plantio da soja pode provocar reflexos no calendário do milho safrinha de 2027. Como a segunda cultura é normalmente implantada após a colheita da oleaginosa, uma soja plantada mais tarde também pode empurrar as etapas seguintes da produção.

A redução da janela de plantio aumenta a preocupação dos produtores, já que a semeadura fora do período mais favorável pode deixar a lavoura mais exposta

a condições climáticas menos adequadas durante o desenvolvimento.

Por isso, as condições do solo e a previsão do tempo passam a ter papel ainda maior no planejamento das propriedades nas próximas semanas.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Ágide Eduardo Meneguette, afirma que os prejuízos provocados pelo excesso de chuva vão além das perdas diretamente observadas nas lavouras.

Segundo ele, a precipitação elevada aumenta os custos de produção, compromete a renda dos agricultores e dificulta o planejamento da atividade. Meneguette defende o fortalecimento do seguro rural e de políticas públicas que auxiliem os produtores diante de perdas provocadas pelas condições climáticas.

O setor agropecuário acompanha agora a evolução do tempo, em um período decisivo para o avanço do plantio da soja, a conclusão da colheita do trigo e a organização do calendário das culturas de verão e safrinha.

Assembleia do Paraná aprova benefício que base de cálculo do ICMS para suinocultores

Medida recebeu 38 votos favoráveis e prorroga até dezembro incentivo fiscal nas vendas de suínos vivos para outros estados

Da Redação
Cascavel

•A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou, nesta terça-feira (20), a manutenção de um benefício fiscal que reduz em 50% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas vendas interestaduais de suínos vivos realizadas por produtores rurais. A medida, prevista no Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2026, recebeu 38 votos favoráveis e foi aprovada sem discussão em plenário. Embora tenha impacto sobre a tributação de um dos segmentos importantes do agronegócio paranaense, não houve apresentação de estimativas sobre o valor que o Estado deixará de arrecadar com a prorrogação

do incentivo.

O projeto homologa o Decreto Estadual nº 15.265, assinado pelo governador Ratinho Junior em 5 de outubro, que estende até 31 de dezembro de 2026 a vigência do benefício previsto no

O projeto homologa o Decreto Estadual nº 15.265, assinado pelo governador Ratinho Junior em 5 de outubro, que estende até 31 de dezembro de 2026 a vigência do benefício previsto no Regulamento do ICMS.

Regulamento do ICMS. A redução é aplicada especificamente às operações interestaduais com suínos vivos realizadas por produtores rurais e sujeitas à alíquota de 12%. Na prática, a diminuição da base tributável pela metade resulta em uma

carga efetiva equivalente a 6% sobre o valor da operação, desde que atendidas as condições estabelecidas na legislação.

A aprovação ocorreu sem divergências entre as lideranças parlamentares. Durante a sessão, a presidência anunciou que o projeto homologava o decreto do Executivo responsável por alterar o regulamento do ICMS e abriu a discussão da matéria. Como nenhum deputado solicitou a palavra, a votação foi iniciada imediatamente. A liderança do governo orientou o voto favorável, posição acompanhada pela oposição, e o resultado foi anunciado com 38 votos pela aprovação.

Benefício já existia e foi prorrogado

A medida não cria uma nova modalidade de incentivo tributário, mas amplia a vigência de uma redução que já vinha sendo aplicada à comercialização de suínos vivos. O benefício está previsto no item 36-B



A medida, prevista no Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2026, recebeu 38 votos favoráveis Jaelson Lucas

do Anexo VI do Regulamento do ICMS do Paraná e tem origem em acordos celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), responsável pela articulação entre os estados em matéria tributária.

Em maio de 2025, o governo estadual já havia anunciado a prorrogação do incentivo até 30 de abril de 2026. Na ocasião, a Secretaria de Estado da Fazenda justificou a iniciativa como uma forma de ampliar a competitividade da suinocultura paranaense, permitindo

que produtores comercializassem animais vivos com outros estados mediante uma carga tributária reduzida.

A nova prorrogação foi estabelecida pelo Decreto nº 15.265, que incorpora ao regulamento estadual as disposições do Convênio ICMS nº 21/2026, celebrado no âmbito do Confaz. Com isso, a redução da base de cálculo passa a ter vigência prevista até o último dia de dezembro deste ano, mantendo as condições tributárias favorecidas para as operações abrangidas

pela norma.

O benefício alcança um segmento que integra a cadeia produtiva da carne suína, envolvendo produtores rurais, transportadores, frigoríficos e estabelecimentos de processamento. Ao reduzir a tributação sobre a saída de animais vivos para outras unidades da Federação, o governo busca favorecer a comercialização interestadual e preservar a competitividade dos produtores paranaenses diante de outros mercados.

Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Despedida Aos 39 anos, atriz e cantora faleceu em decorrência de um câncer; artistas, amigos e fãs prestaram homenagens lembrando sua trajetória na TV, na música e sua fé



Divulgação/Arquivo

Quem foi Lua Blanco?

Atriz de ‘Rebelde’ morreu aos 39 anos

Artista ficou conhecida como Roberta Messi na novela da Record e também construiu carreira na música, como compositora e escritora; última publicação nas redes sociais foi marcada por mensagens de fé e gratidão

Cascavel
DA REDAÇÃO

AATRIZ E CANTORA Lua Blanco morreu no último domingo (18), aos 39 anos, após enfrentar um câncer nos últimos meses. A informação foi comunicada pela família nas redes sociais, em uma publicação compartilhada pelo irmão da artista, Daniel Blanco. A notícia provocou comoção entre fãs, amigos e colegas do meio artístico.

Conhecida nacionalmente por interpretar Roberta Messi na versão brasileira da novela “Rebelde”, exibida pela Record em 2011, Lua construiu uma trajetória que passou pela televisão, pelo teatro e pela música. Além de atriz, era cantora, compositora e escritora.

No comunicado sobre a morte, a família informou que Lua esteve cercada pelo carinho de parentes e amigos durante o período de tratamento. A mensagem

também destacou a fé da artista e pediu respeito à privacidade dos familiares neste momento de luto.

“Ela se foi em paz, preenchida de amor e com a fé plena de que ia direto pras mãos de Deus. Ela estará conosco para sempre, nos iluminando com sua forte luz eterna”, escreveu Daniel. A irmã da artista, Ana Terra Blanco, também prestou homenagem nas redes sociais. “A vida é um sopro. Te amo irmã. Você segue em nós para sempre”, publicou.

Carreira

Lua Blanco nasceu em 5 de março de 1987, em São Paulo, e era filha do músico Billy Blanco Jr. e da musicista Maria Claudia Blanco. Ela cresceu em uma família ligada à arte e tinha cinco irmãos.

Antes de alcançar projeção nacional em “Rebelde”, participou de produções da televisão brasileira. Em 2008, interpretou Bia na novela “Três Irmãs”, da TV Globo. No ano seguinte, viveu Joe em “Malhação”.

O papel de Roberta Messi, em

2011, tornou-se um dos mais marcantes de sua carreira. Na trama juvenil, a personagem conquistou o público com uma personalidade forte e um estilo próprio. O sucesso da novela também aproximou Lua do universo musical, com apresentações e trabalhos ligados ao grupo formado a partir da produção.

Em 2013, a atriz integrou o elenco de “Pecado Mortal”, da Record, como Silvinha. Quatro anos depois, interpretou Anita em “A Força do Querer”, da TV Globo. Após essa produção, passou a dedicar mais espaço à carreira musical. Também participou do filme “As Irmãs Fox”, dirigido por Wagner de Assis.

Música e fé

Nos dias que antecederam a morte, Lua continuou compartilhando momentos pessoais com os seguidores. Sua última publicação no Instagram, feita cinco dias antes da notícia, reuniu fotografias ao lado de familiares e amigos próximos.

Com a legenda “Momentos de gratidão”, a artista comparti-

FRASE

“A vida é um sopro. Te amo irmã. Você segue em nós para sempre”

ANA TERRA BLANCO, IRMÃ DA ATRIZ
Em homenagem publicada nas redes sociais

lhou uma mensagem inspirada no trecho bíblico de Filipenses 4:8, que convida à reflexão sobre aquilo que é verdadeiro, nobre, justo, puro e digno de louvor.

A publicação também incluía uma ilustração de uma mulher sendo acolhida nos braços de Jesus Cristo. Após a confirmação da morte, fãs passaram a deixar homenagens e mensagens de despedida no perfil da artista.

Entre as postagens recentes, Lua também havia publicado um vídeo cantando o hino cristão “Nothing But the Blood” ao lado do irmão Pedro Blanco, reforçando a ligação com a música e a religiosidade.

Uma de suas aparições recentes na televisão aberta ocorreu em julho, no programa “Domingo Legal”, apresentado por Celso Portioli, no SBT.

Homenagens

A morte de Lua mobilizou manifestações de artistas que trabalharam com ela ou acompanharam sua trajetória. A atriz Alice Wegmann lamentou a notícia e enviou solidariedade à família. Sophia Abrahão, colega de elenco em “Rebelde”, também publicou uma mensagem de apoio.

Larissa Manoela e a cantora Maria Gadú estiveram entre as artistas que manifestaram pesar pela perda.

Segundo informações divulgadas pela imprensa, o velório estava previsto para segunda-feira (19), no Cemitério Vertical Memorial do Carmo, no Rio de Janeiro, das 13h às 16h, na Capela 6.

A trajetória de Lua Blanco deixa como marca a personagem que a tornou conhecida por uma geração de fãs e uma carreira artística que reuniu interpretação, composição e música.

Mostra de Artes Plásticas de Cascavel bate recorde de inscrições

Com 197 inscritos, edição de 2026 tem 20 artistas pré-selecionados e distribuirá R\$ 60 mil em prêmios; resultado final sai em 11 de novembro

Da redação
Cascavel

• A 22ª Mostra Cascavelense de Artes Plásticas registrou um recorde histórico de inscrições em 2026, com 197 participantes de diferentes municípios do Paraná e de outros estados brasileiros. A organização divulgou a lista de 20 artistas pré-selecionados para a terceira fase do processo seletivo, que inclui a avaliação presencial das obras no Museu de Arte de Cascavel (MAC).

A relação foi definida após a



Divulgação/Arquivo

análise dos recursos referentes às duas primeiras etapas. Os artistas classificados devem entregar os trabalhos físicos no museu até as 17h de 5 de novembro. A avaliação presencial do

júri está prevista para os dias 5 e 6, com divulgação do resultado provisório em 7 de novembro. A lista definitiva dos selecionados e premiados será anunciada no dia 11, após o período de re-

ursos, previsto para 9 e 10 de novembro.

Artistas de Cascavel

Entre os 20 pré-selecionados, seis são de Cascavel: Coletivo Duas Marias, Antonio Cesar Ferreira, Marcelo Bongiovanni Korp, Daniel Carlos Bispo da Silva, Gastón Cosentino e Gabriela Queiroz Oliveira.

A lista contempla ainda artistas de Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu, no Paraná, além de representantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os participantes concorrem nas categorias Convencional e Não Convencional.

A seleção busca reunir diferentes expressões das artes visuais e valorizar a produção artística de Cascavel e de outras regiões do país. A etapa atual prevê a análise direta dos trabalhos pelo júri, antes da definição dos artistas que integrarão a exposição e dos contemplados com a premiação.

Premiação

A edição de 2026 distribuirá R\$ 60 mil em prêmios, divididos em duas categorias. Serão concedidos 14 Prêmios Participa-

ção, no valor de R\$ 1,5 mil cada, e seis Prêmios Aquisição, de R\$ 6,5 mil cada.

As obras selecionadas para os Prêmios Aquisição passarão a integrar o acervo permanente do Museu de Arte de Cascavel. A iniciativa contribui para ampliar o patrimônio artístico da instituição e preservar trabalhos apresentados na mostra.

Exposição em novembro

A abertura da exposição está marcada para 12 de novembro, no Museu de Arte de Cascavel, com visitação até 31 de dezembro de 2026.

Criada em 1986, a Mostra Cascavelense de Artes Plásticas

chega à 22ª edição após quatro décadas de trajetória. O evento se consolidou como uma iniciativa de valorização das artes visuais, com espaço para artistas locais e participantes de outras regiões brasileiras.

A edição de 2026 é produzida pela Seme Ar Projetos Artísticos Ltda., em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Cascavel (Secult) e o Museu de Arte de Cascavel. O evento é viabilizado pelo Edital Paraná Festivals, da Secretaria de Estado da Cultura, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), do Ministério da Cultura.

LANÇAMENTO

22ª Mostra Cascavelense de Artes Plásticas

- Entrega das obras: até 5 de novembro, às 17h.

- Resultado final: 11 de novembro.

- Abertura: 12 de novembro.

- Visitação: até 31 de dezembro.

- Local: Museu de Arte de Cascavel — Rua Mato Grosso, 2.909, Centro.

- Informações: 22amostracascavelense@gmail.com.

Com programação competitiva, universitária e infantil, festival aborda temas como pertencimento, ancestralidade, migração e resistência coletiva

3 Margens

Festival Latino–Americano de Cinema seleciona 43 filmes de 10 países para 8ª edição

Programação inclui mostras competitiva, paralela, universitária, além de exibição em bairros, escolas e espaços culturais

Cascavel
GABRIEL PORTA

OS FILMES que farão parte da 8ª edição do 3 Margens Festival Latino–Americano de Cinema, de 8 a 21 de novembro deste ano já foram selecionados. No total 43 produções de dez países serão exibidos na fronteira, contando com sessões em Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu (AR) e Ciudad del Este (PY). A organização do Festival recebeu mais de 300 filmes. O trabalho de uma equipe de curadores elegeu 43 para essa edição. Do Brasil, produções dos estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Brasília estão representados. Outros nove países também tiveram produções selecionadas como Argentina (Santa Fé, Buenos Aires e CABA), Paraguai (Assunção e Neembucú), Chile (Santiago), Colômbia (Antioquia), Equador (Pichincha), Peru (Lima) e Uruguai (Montevideo), além de coproduções com Cuba e Estados Unidos.

Mostras
As produções estão divididas dentro das Mostras competitivas como: “Afluentes”, para curtas de toda a América Latina e Caribe, “Entre Rios”, para filmes realizados no Paraná, em Misiones, na Argentina ou em qualquer departamento do Paraguai, exceto a capital Assunção e Universitária para curtas produzidos por estudantes ou egressos de instituições de ensino da América Latina. Fora da competição, a “Mostra Panorama” reúne longas-metragens,



Divulgação/Arquivo

e a “Mostra Venas Abiertas”, curtas que não foram eleitos por não alinhamento temático com as categorias inscritas, mas que devido a qualidade dos filmes o público poderá apreciar nesta exibição extra.

A programação também inclui as crianças com os curtas infantis da “Mostrinha”, e também toda a família com filmes diversos exibidos no “Cine Bairro”. O gênero de terror/suspense também tem seu espaço no festival com a “Mostra Não é só Susto”. Todas as mostra tem exibições gratuitas e totalizam mais de 960 horas de conteúdo.

Curadoria
Para quem ajudou a eleger os filmes selecionados, o trabalho

das curadorias foi intenso, mas gratificante. “Foi muito rica a experiência de ver e selecionar os filmes, porque, nesse processo de curadoria, a gente tem a oportunidade de conhecer o que está sendo produzido nas formações em Cinema e, com isso, acaba conhecendo também as questões e os interesses que estão mobilizando as e os estudantes”, comentou Fábio Ramalho que foi um dos curadores da Mostra Universitária. Segundo ele, os filmes selecionados comprovam a importância do cinema universitário como lugar de aprendizado e de inventividade.

Cada edição do Festival carrega uma temática. Neste ano, o eixo principal é o pertenci-

mento: a relação das pessoas/ personagens com suas origens, os lugares onde vivem e os vínculos que constroem. Os filmes abordam esse tema por meio da migração, da ancestralidade, dos afetos e da resistência coletiva.

“A temática de cada edição nasce desse olhar para as obras recebidas, de perceber como esses filmes dialogam entre si e com os temas que atravessam o conjunto. Um alto investimento ou uma trajetória em festivais internacionais não garante a seleção. Há filmes que adoramos e que, mesmo assim, acabam ficando de fora por não dialogarem com os caminhos daquela edição”, afirma Maurício Ferreira, diretor artístico

NÚMERO

43

FILMES, 10 PAÍSES
A 8ª edição do 3 Margens Festival Latino-Americano de Cinema será realizada de 8 a 21 de novembro, com sessões gratuitas em Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este

do festival.

Locais de Exibição
Os filmes serão exibidos em locais públicos em Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este, com uma programação descentralizada e inteiramente gratuita. Os locais das exibições incluem bairros, escolas e espaços culturais. As datas e horários serão divulgados em breve pela organização do evento. Toda programação com filmes selecionados está disponível no site oficial do evento.

O 3 Margens Festival Latino-Americano de Cinema tem a produção e realização do Três Margens Cinema e Audiovisual e do Instituto Cultural Três Fronteiras



Divulgação/Arquivo

Globo de Ouro rejeita inscrição de filme sobre Michael Jackson na categoria de musical

Cinebiografia estrelada por Jaafar Jackson deverá disputar as categorias de drama; estúdio Lionsgate tem até 31 de outubro para recorrer da decisão

Valéria Mendes
Cascavel

•A cinebiografia Michael, que retrata a trajetória do cantor Michael Jackson, teve sua inscrição rejeitada pelo Globo de

Ouro nas categorias de comédia ou musical. A decisão foi divulgada nesta terça-feira (20), segundo informações da revista norte-americana Variety. Com isso, o longa-metragem, estrelado por Jaafar Jackson, sobri-

nho do Rei do Pop, deverá concorrer nas categorias de drama da premiação de 2027.

A mudança coloca o filme em uma disputa com produções como A Odisseia, dirigida por Christopher Nolan, e A Bola Preta, dos cineastas espanhóis conhecidos como Los Javis. Na categoria de Melhor Filme de Drama, apenas seis produções poderão receber indicações.

Segundo as informações divulgadas, o comitê responsável pela classificação avaliou que Michael não atende aos critérios estabelecidos para concorrer como musical. Pelas regras do Globo de Ouro, as canções precisam contribuir diretamente para o desenvolvimento da narrativa, além de acompanhar os diálogos dos personagens.

O estúdio Lionsgate, responsável pelo lançamento do filme, apresentou uma carta do diretor Antoine Fuqua para justificar a inscrição na categoria de comédia ou musical. Apesar da documentação, o pedido foi recusado pela organização.

A produtora ainda poderá recorrer da decisão até 31 de outubro, prazo final estabelecido para as inscrições. Caso não consiga reverter a classificação, a cinebiografia permanecerá na disputa pelas categorias de drama.

A decisão também afeta a possível indicação de Jaafar Jackson como Melhor Ator, já que

NÚMERO

US\$ 1

BILHÃO
A cinebiografia de Michael Jackson alcançou a marca em bilheteria mundial, tornando-se a primeira produção do gênero a atingir esse valor, segundo a matéria

o protagonista passará a disputar a categoria dramática. Por outro lado, os atores Colman Domingo e Nia Long, que integram o elenco, não são afetados pela mudança, pois as categorias de atuação coadjuvante não possuem divisão entre drama e comédia ou musical.

Sucesso
Dirigido por Antoine Fuqua, Michael acompanha a trajetória pessoal e profissional de Michael Jackson, desde os primeiros passos na música até a consolidação como um dos maiores artistas da história do pop.

O longa alcançou a marca de US\$ 1 bilhão em bilheteria mundial, tornando-se a primeira cinebiografia a ultrapassar esse valor, segundo os números divulgados sobre a produção.

O filme também registrou forte desempenho no Brasil, tornando-se o maior lançamento da Universal Pictures no país, conforme informações da distribuidora.

A produção tem chegada às plataformas de streaming prevista para sexta-feira (23). Enquanto isso, a Lionsgate ainda poderá tentar reverter a decisão do Globo de Ouro antes do encerramento do prazo de inscrições.

Opine
gazetaparana.com.br
leitor@gazetaparana.com.br

Mais+



WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

UM JORNAL
QUE TEM CULTURA

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Tributação Decisões tomadas nesta semana afastam ISS do cálculo de contribuições federais e ampliam imunidade de ITBI para empresas imobiliárias; terão aplicação em processos semelhantes

STF muda regras de cobrança de impostos sobre serviços e imóveis



Antonio Augusto/STF

No julgamento do Recurso Extraordinário 592616, correspondente ao Tema 118, o Supremo decidiu que o ISS não pode ser incluído no valor usado para calcular PIS e Cofins

REDAÇÃO
Cascavel

• Duas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta semana alteraram a interpretação de regras tributárias com consequências para empresas, municípios e a União. Em julgamentos divulgados na quarta-feira (21), a Corte afastou o Imposto sobre Serviços (ISS) da base de cálculo do PIS e da Cofins e reconheceu que empresas do setor imobiliário também podem transferir imóveis para integralizar capital social sem pagar o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), observadas condições específicas.

Embora tratem de tributos diferentes, os julgamentos têm um ponto em comum: delimitam até onde o poder público pode cobrar impostos e contribuições em operações empresariais. Ambos ocorreram em processos com repercussão geral, mecanismo pelo qual o STF estabelece orientações a serem observadas pela Justiça em controvérsias semelhantes. As decisões não significam, porém, que toda cobrança anterior será automaticamente devolvida ou que qualquer transferência imobiliária ficará livre de imposto.

ISS fora da conta

Para compreender o efeito da decisão, é preciso distinguir o preço cobrado ao cliente da receita que efetivamente pertence à empresa. Em uma nota fiscal de serviços, o ISS pode estar embu-

tido no valor total da operação. A prestadora recebe esse montante, mas deve recolher a parcela correspondente ao imposto municipal. O Supremo concluiu que essa passagem temporária de recursos não autoriza a União a tratá-los como faturamento próprio da empresa para calcular outras contribuições.

A diferença aparece mesmo em um exemplo hipotético simples. Se uma prestação de serviços é faturada em R\$ 10 mil e nela estão compreendidos R\$ 500 de ISS, o entendimento do STF impede que esses R\$ 500 componham a base de cálculo do PIS e da Cofins. Isso não significa dispensar a empresa de recolher o ISS ao município, nem reduzir automaticamente todos os tributos incidentes sobre a operação. A decisão diz respeito especificamente à base de cálculo das duas contribuições federais.

A repercussão financeira também é relevante. A Agência Brasil informou que o julgamento representa impacto estimado de R\$ 35 bilhões para o governo federal. Esse valor deve ser entendido como estimativa de efeito fiscal divulgada na cobertura do julgamento, e não como quantia já devolvida às empresas ou como perda integral e imediata de arrecadação. O alcance concreto dependerá da aplicação da tese e de eventuais definições posteriores sobre seus efeitos no tempo.

No julgamento do Recurso Extraordinário 592616, correspondente ao Tema 118, o Supremo decidiu que o ISS não pode ser incluído no valor usado para calcular PIS e Cofins. O ISS é arrecadado pelos municípios sobre a prestação de serviços; PIS e Cofins são contribuições federais. A discussão era se a parcela recebida pela empresa para recolher o imposto municipal poderia ser considerada parte de sua receita para fins de tributação federal.

A maioria concluiu que não. Na avaliação dos ministros vencedores, o dinheiro correspondente ao ISS apenas passa pela contabilidade da prestadora de serviços e não constitui acréscimo definitivo ao seu patrimônio. A interpretação acompanha a lógica de outra disputa tributária de grande repercussão, na qual o STF afastou o ICMS da base de cálculo dessas contribuições, embora se trate de impostos com características distintas.

A ação teve origem em questionamento da Viação Alvorada, de Porto Alegre, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região favorável à inclusão do ISS. O processo começou a ser analisado no Supremo em 2020 e só foi concluído nesta semana. O voto do ministro Luiz Fux desempatou o julgamento, acompanhando a posição originalmente apresentada pelo relator, Celso de Mello, já aposentado.

A corrente vencedora reuniu seis votos. Cinco ministros divergiram por entender que o ISS deveria continuar compondo a base das contribuições. A divisão revela que a controvérsia não se limitava a uma operação matemática: envolvia o próprio conceito constitucional de receita ou faturamento de uma empresa.

O STF ainda não decidiu se haverá modulação dos efeitos, isto é, alguma limitação temporal para a aplicação do entendimento. A questão poderá ser discutida se forem apresentados embargos de declaração. Por isso, eventual recuperação de valores pagos anteriormente depende da situação de cada contribuinte e dos desdobramentos processuais, não podendo ser tratada como ressarcimento automático.

Imóveis usados para formar capital

A distinção entre integraliza-

ção de capital e compra e venda é central para compreender o julgamento. Na integralização, o sócio entrega um imóvel à pessoa jurídica em troca de participação no capital da sociedade. O bem passa a compor o patrimônio empresarial. Em uma venda comum, por outro lado, há transferência onerosa entre comprador e vendedor. A imunidade examinada pelo STF protege a primeira situação, nos limites definidos pela Constituição e pela jurisprudência.

Na prática, a decisão pode ser importante para sociedades patrimoniais, administradoras de bens e empresas dedicadas à locação ou comercialização de imóveis. Ainda assim, a simples existência de uma pessoa jurídica não basta para assegurar a imunidade. É necessário demonstrar que o bem foi efetivamente destinado à formação ou ao aumento do capital social, e que a operação corresponde à realidade documentada.

Considere um imóvel avaliado em R\$ 1 milhão, transferido para uma sociedade com integralização de apenas R\$ 700 mil no capital social. Pela orientação já estabelecida pelo STF no Tema 796, a imunidade não cobre automaticamente os R\$ 300 mil excedentes. O exemplo ilustra por que a decisão recente não equivale a uma autorização geral para transferir imóveis sem tributação: o valor incorporado ao capital e a natureza efetiva da operação continuam determinantes.

No outro julgamento, referente ao Recurso Extraordinário 1495108, Tema 1.348, o STF decidiu que a imunidade do ITBI na transferência de imóveis para integralização de capital social também vale quando a empresa atua predominantemente no mercado imobiliário. O entendimento contraria a interpretação adotada em determinadas cobranças municipais, que negavam o benefício a empresas

dedicadas à compra, venda ou locação de imóveis.

Integralizar capital significa entregar um bem, como um imóvel, para compor o capital social de uma empresa. É diferente de uma compra e venda comum. O caso analisado envolveu uma administradora de bens que contestou cobrança da Prefeitura de Piracicaba, em São Paulo, após decisão do tribunal estadual considerar devido o imposto.

Prevaleceu o voto do ministro Edson Fachin. Para a maioria, a ressalva constitucional relacionada à atividade imobiliária preponderante não se aplica à integralização de capital, mas às outras operações societárias mencionadas no dispositivo, como fusão, incorporação, cisão e extinção de pessoas jurídicas. Gilmar Mendes e Flávio Dino ficaram vencidos.

A decisão tem limites importantes. A imunidade alcança o valor efetivamente destinado à integralização do capital social. Se o imóvel transferido valer mais do que a quantia incorporada ao capital da empresa, o ITBI poderá incidir sobre a parcela excedente, conforme entendimento anterior do próprio STF. O tribunal também deixou expresso que operações simuladas ou fraudulentas não estão protegidas.

Impacto e próximos passos

O resultado dos julgamentos

NÚMERO

2

Duas decisões do STF redefinem regras tributárias para prestadoras de serviços e empresas imobiliárias

evidência ainda que a segurança jurídica depende tanto da definição de regras quanto da clareza sobre sua aplicação. Empresas precisam saber como calcular contribuições e estruturar operações legítimas; governos necessitam de parâmetros previsíveis para arrecadar e planejar despesas. Ao interpretar os limites constitucionais da tributação, o STF interfere nesse equilíbrio, sem substituir o Legislativo na formulação geral da política tributária.

Os dois julgamentos podem repercutir sobre a arrecadação pública e sobre disputas tributárias que tramitam em diferentes instâncias. No caso do ISS, a mudança atinge a forma de apuração de contribuições federais por prestadores de serviços. No caso do ITBI, interfere na análise de operações societárias e na atuação das administrações municipais responsáveis pela cobrança do tributo.

A repercussão geral reduz a possibilidade de decisões contraditórias sobre a mesma questão constitucional, mas não elimina a necessidade de examinar documentos, valores e circunstâncias específicas. Para empresas, contadores e advogados, a consequência prática é revisar procedimentos à luz das teses fixadas. Para o poder público, será necessário adequar a cobrança aos parâmetros definidos pelo Supremo, respeitados os eventuais esclarecimentos e limites estabelecidos nos processos.

Ao mesmo tempo em que conferem maior previsibilidade a determinadas operações, as decisões reabrem o debate sobre a distribuição da carga tributária e a delimitação das receitas de cada ente federativo. A palavra final do STF sobre as teses jurídicas está estabelecida; a extensão de alguns efeitos concretos, especialmente no caso do ISS, ainda pode depender de novos pronunciamentos da Corte.